



ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DF

NOVEMBRO / 2018





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

**ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL**

NOVEMBRO/2018

APRESENTAÇÃO	02
ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	03
CENÁRIO MACROECONÔMICO	08
ARRECADAÇÃO DO ICMS	12
ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO	29
ARRECADAÇÃO DO ISS	30
SÉRIES HISTÓRICAS	39

APRESENTAÇÃO

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referentes ao mês de novembro e ao período de janeiro a novembro de 2018.

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 11/12/2018. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 03/12/2018.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de novembro e no período de janeiro a novembro de 2018, em comparação aos mesmos períodos de 2017.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 18 de dezembro de 2018.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de novembro de 2018, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.405,7 milhões em valores correntes. No confronto com novembro de 2017, apontou-se acréscimo nominal de 12,8% e real de 8,9%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de novembro discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DADOS SIGGO em 11/12/2018

VALORES EM R\$ MIL

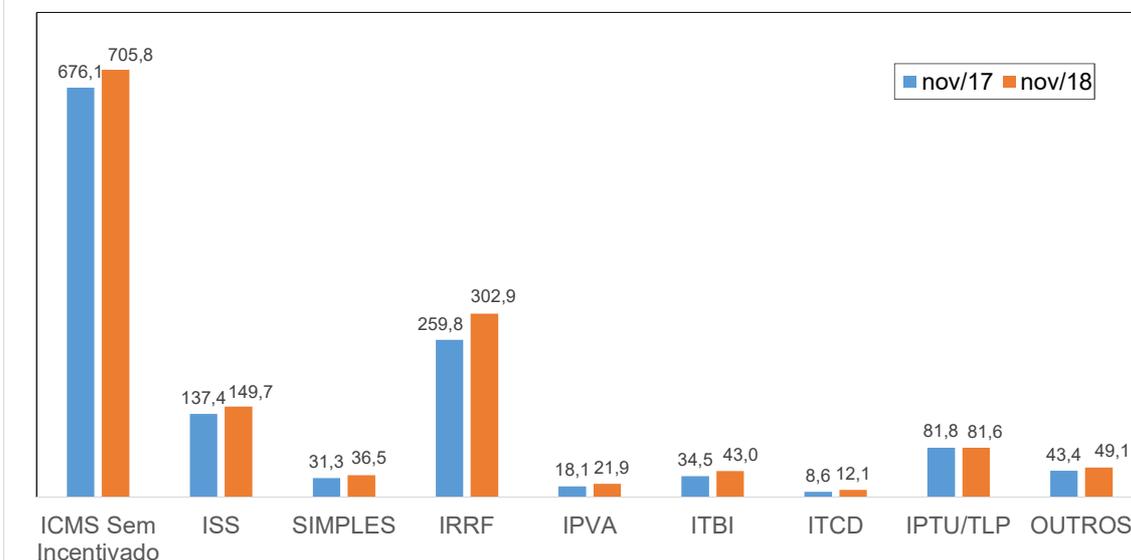
ITEM	nov/18	nov/17	novembro/2017 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em novembro/18
	(a)	(b)	(c)	(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	708.997	652.907	676.137	+56.090	+8,6%	+32.860	+4,9%	50,4%
ISS	149.666	132.688	137.409	+16.977	+12,8%	+12.256	+8,9%	10,6%
SIMPLES	36.472	30.210	31.285	+6.263	+20,7%	+5.188	+16,6%	2,6%
IRRF	302.851	250.862	259.788	+51.989	+20,7%	+43.063	+16,6%	21,5%
IPVA	21.862	17.453	18.074	+4.409	+25,3%	+3.788	+21,0%	1,6%
IPTU	68.538	66.627	68.998	+1.910	+2,9%	-460	-0,7%	4,9%
ITBI	43.048	33.312	34.498	+9.736	+29,2%	+8.550	+24,8%	3,1%
ITCD	12.055	8.304	8.600	+3.751	+45,2%	+3.456	+40,2%	0,9%
TLP	13.084	12.360	12.800	+724	+5,9%	+284	+2,2%	0,9%
Outras Taxas	5.605	5.294	5.482	+312	+5,9%	+123	+2,2%	0,4%
Receita Tributária Total (A)	1.362.179	1.210.018	1.253.069	+152.161	+12,6%	+109.109	+8,7%	96,9%
Dívida Ativa	25.495	20.747	21.485	+4.748	+22,9%	+4.010	+18,7%	1,8%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	6.648	5.814	6.021	+833	+14,3%	+626	+10,4%	0,5%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	11.374	10.032	10.389	+1.342	+13,4%	+985	+9,5%	0,8%
Total das Outras Receitas (B)	43.517	36.593	37.895	+6.924	+18,9%	+5.622	+14,8%	3,1%
Total da Arrecadação (A) + (B)	1.405.695	1.246.611	1.290.964	+159.084	+12,8%	+114.731	+8,9%	100,0%

Fonte: SIGGO.

Avaliando o desempenho real da arrecadação tributária em novembro de 2018 frente a novembro de 2017, verificou-se que o **ICMS** — tributo com maior representatividade —, cresceu 4,9% (R\$ 32,9 milhões). No mesmo sentido, apresentaram acréscimos o **IRRF**, o **ISS** e o **ITBI** na ordem de 16,6% (R\$ 43,1 milhões), 8,9% (R\$ 12,3 milhões) e 24,8% (R\$ 8,6 milhões), respectivamente. Cabe observar que, excetuando o **IPTU** que decresceu 0,7% (-R\$ 460 mil), todos os demais itens de receita de origem tributária apresentaram desempenho positivo.

O gráfico abaixo ilustra a comparação mensal, excluindo a modalidade ICMS PADES/Incentivado.

**Arrecadação em novembro/2018 contra novembro/2017
Em R\$ milhões de novembro/2018 (INPC/IBGE)**



No resultado acumulado do período de janeiro a novembro de 2018, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 14.886,1 milhões em valores correntes, o que representou acréscimo nominal de 6,7%, correspondente a um aumento real de 3,7% em relação ao mesmo período de 2017. A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

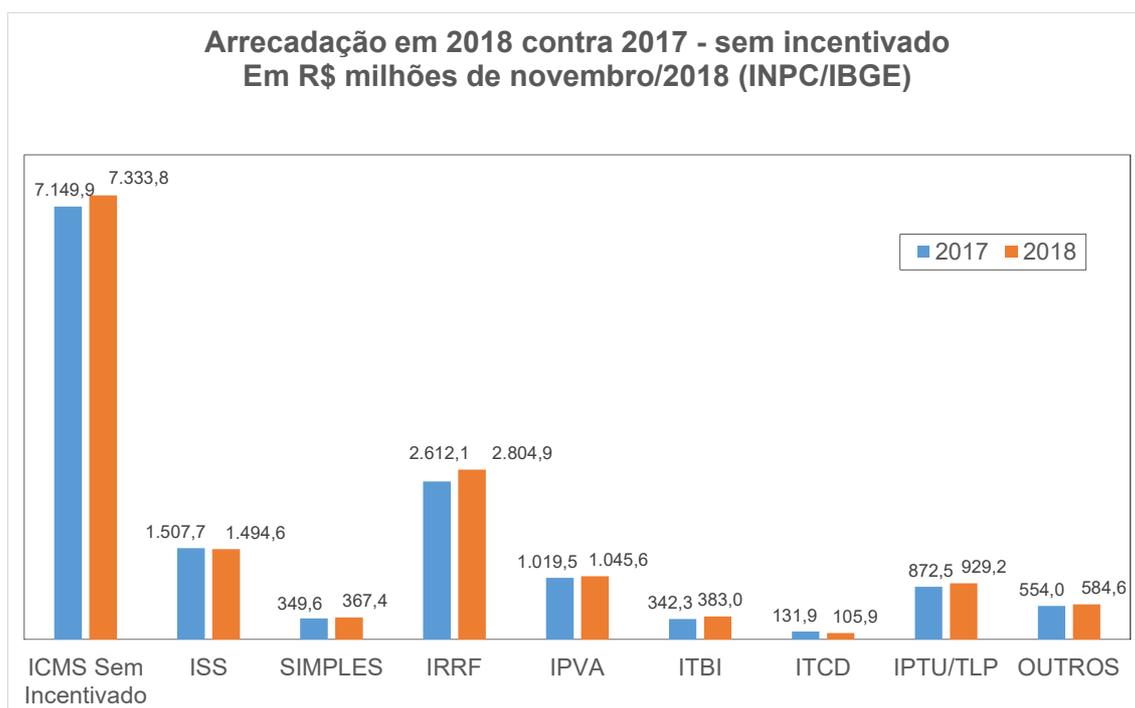
**DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2018
DADOS SIGGO em 11/12/2018**

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	2018	2017	2018 pelo	2017 pelo	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
	(a)	(b)	INPC/IBGE (c)	INPC/IBGE (d)	(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	7.273.226	6.865.870	7.369.579	7.154.244	+407.356	+5,9%	+215.336	+3,0%	48,9%
ISS	1.475.780	1.446.768	1.494.564	1.507.670	+29.012	+2,0%	-13.106	-0,9%	9,9%
SIMPLES	362.523	335.469	367.354	349.568	+27.054	+8,1%	+17.785	+5,1%	2,4%
IRRF	2.768.525	2.507.476	2.804.874	2.612.054	+261.050	+10,4%	+192.820	+7,4%	18,6%
IPVA	1.022.633	976.430	1.045.627	1.019.519	+46.203	+4,7%	+26.109	+2,6%	6,9%
IPTU	777.173	700.998	782.122	729.692	+76.175	+10,9%	+52.430	+7,2%	5,2%
ITBI	378.405	328.632	383.037	342.313	+49.773	+15,1%	+40.724	+11,9%	2,5%
ITCD	104.625	126.646	105.910	131.860	-22.020	-17,4%	-25.950	-19,7%	0,7%
TLP	146.134	137.158	147.086	142.781	+8.977	+6,5%	+4.304	+3,0%	1,0%
Outras Taxas	68.239	70.081	69.134	73.018	-1.843	-2,6%	-3.883	-5,3%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	14.377.264	13.495.528	14.569.288	14.062.719	+881.736	+6,5%	+506.568	+3,6%	96,6%
Dívida Ativa	318.463	265.735	322.603	276.933	+52.728	+19,8%	+45.670	+16,5%	2,1%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	84.110	85.756	85.292	89.352	-1.646	-1,9%	-4.060	-4,5%	0,6%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	106.236	110.118	107.533	114.696	-3.881	-3,5%	-7.163	-6,2%	0,7%
Total das Outras Receitas (B)	508.809	461.609	515.428	480.980	+47.201	+10,2%	+34.447	+7,2%	3,4%
Total da Arrecadação (A) + (B)	14.886.073	13.957.136	15.084.715	14.543.700	+928.937	+6,7%	+541.016	+3,7%	100,0%

Fonte: SIGGO.

Na comparação acumulada no período de janeiro a novembro de 2018 com correspondente período de 2017, foram observados acréscimos reais significativos de 3,0% do **ICMS** (+R\$ 215,3 milhões), de 7,4% do **IRRF** (+R\$ 192,8 milhões), de 7,2% do **IPTU** (+R\$ 52,4 milhões), de 11,9% do **ITBI** (+R\$ 40,7 milhões) e de 5,1% do **SIMPLES** (+R\$ 17,8 milhões). Por outro lado, foram registradas queda expressiva de 19,7% do **ITCD** (-R\$ 26,0 milhões) e pequena queda de 0,9% do **ISS** (-R\$ 13,1 milhões).

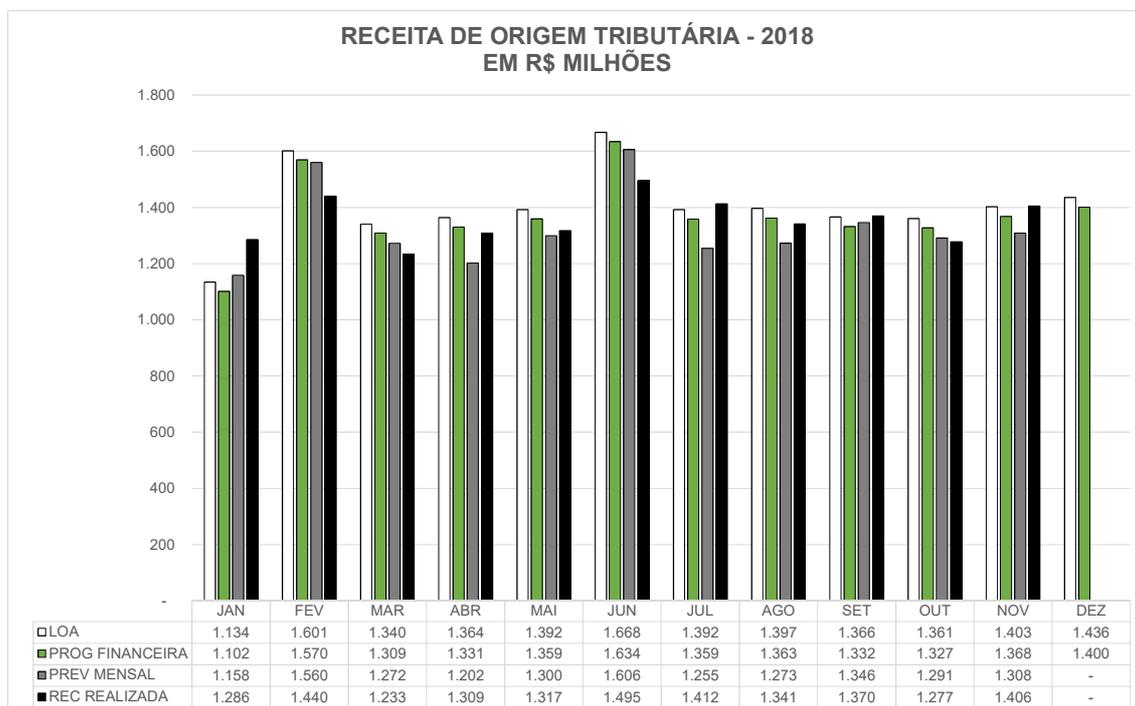


O Índice Fipe-Zap, indicador que monitora o comportamento do preço de venda de imóveis residenciais em 20 cidades brasileiras, encerrou novembro praticamente estável, com variação de +0,06% em relação a outubro. Como o IPCA, considerado o índice oficial da inflação do país, variou 0,21% em novembro, o Índice Fipe-Zap encerrou o 11º mês de 2018 com aumento real no preço de venda de imóveis residenciais de 0,27%.

No Distrito Federal as variações nominais foram de -0,79% no ano e -1,00% em 12 meses. Vale ressaltar que todas as cidades monitoradas apresentaram variação de preço inferior à inflação acumulada no período (+4,05%).

Em novembro de 2018, o valor médio de venda dos imóveis residenciais nas 20 cidades monitoradas foi de R\$ 7.521/m², mantendo-se o Distrito Federal com o terceiro m² mais caro do país (R\$ 7.787/m²), após Rio de Janeiro e São Paulo.

O gráfico seguinte ilustra a comparação entre as receitas realizadas e previstas para a Lei Orçamentária de 2018, para a Programação Financeira, bem como para a previsão mensal.



A receita realizada em novembro de 2018 ficou acima da considerada na previsão mensal em R\$ 97,5 milhões, o que corresponde a um desvio positivo de 7,5% de realização. Discriminando os desvios pelos itens que compõem a receita tributária, os principais desvios positivos observados foram para o ICMS (+R\$ 32,5 milhões) e para o IRRF (+R\$ 44,5 milhões).

Quanto à previsão contida na LOA para o mês de novembro, a receita realizada também ficou acima da prevista, em montante de R\$ 3,2 milhões, conforme quadro seguinte. Discriminando os desvios pelos itens que compõem a receita tributária, os principais desvios positivos observados foram para o IPVA (+R\$ 17,2 milhões) e para o ITBI (+R\$ 11,5 milhões). Por outro lado, o maior desvio negativo ocorreu no ICMS (-R\$ 37,8 milhões).

No que tange à programação financeira, a receita realizada também apresentou montante acima da prevista em R\$ 37,8 milhões, sendo que os desvios positivos mais significativos ocorreram no IPVA (+R\$ 17,2 milhões) e no ITBI (+R\$ 11,5 milhões).

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - NOVEMBRO 2018							
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA (B)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D-A)	(D-B)	(D-C)
ICMS	676.474	746.815	712.143	708.997	32.523	(37.818)	(3.146)
ISS	142.294	145.909	145.909	149.666	7.372	3.757	3.757
SIMPLES	32.518	38.289	38.289	36.472	3.954	(1.816)	(1.816)
IRRF	258.336	293.798	293.798	302.851	44.515	9.053	9.053
IPVA	18.877	4.625	4.625	21.862	2.985	17.237	17.237
IPTU/TLP	89.791	82.390	82.390	81.622	(8.169)	(768)	(768)
ITBI	32.122	31.537	31.537	43.048	10.926	11.511	11.511
ITCD	9.199	9.224	9.224	12.055	2.856	2.831	2.831
OUTRAS TAXAS	5.021	6.639	6.639	5.605	585	(1.034)	(1.034)
RECEITA TRIB TOTAL	1.264.632	1.359.225	1.324.554	1.362.179	97.547	2.953	37.625
DÍVIDA ATIVA	28.134	25.588	25.588	25.495	(2.639)	(94)	(94)
M/J DÍVIDA ATIVA	6.589	7.705	7.705	6.648	58	(1.058)	(1.058)
M/J TRIBUTOS	8.848	10.018	10.018	11.374	2.526	1.356	1.356
TOTAL OUTRAS REC	43.571	43.312	43.312	43.517	(55)	205	205
TOTAL DA ARRECAÇÃO	1.308.203	1.402.537	1.367.866	1.405.695	97.492	3.158	37.830

No acumulado de janeiro a novembro de 2018, houve desvio positivo de realização frente à previsão mensal no montante de R\$ 315,2 milhões, explicado em larga medida pelo desvio positivo ocorrido no IRRF (+R\$ 203,2 milhões). Quanto aos desvios negativos, registra-se a inexistência de valores expressivos.

No que tange à receita acumulada no período de janeiro a novembro de 2018 prevista na LOA em relação à receita realizada, ocorreu déficit no montante de R\$ 532,0 milhões. Ressalte-se que a maior frustração de realização ocorreu com o ICMS (-R\$ 587,9 milhões), enquanto que os destaques positivos ocorreram com a Dívida Ativa (+R\$ 46,0 milhões), IPVA (+R\$ 35,3 milhões) e IRRF (+R\$ 30,7 milhões). A frustração de realização ocorrida com o ICMS pode ser explicada em grande parte pela redução das expectativas de crescimento do PIB da época dos trabalhos de previsão para a LOA 2018 de 2,48% contra 1,35% da mesma expectativa em 26/10/2018.

Quanto à programação financeira, no período acima registrado, verificou-se um desvio negativo de realização no montante de R\$ 167,1 milhões, explicados principalmente pelos desvios do ICMS (-R\$ 223,0 milhões), ISS (-R\$ 67,2 milhões) e SIMPLES (-R\$ 30,5 milhões).

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A NOVEMBRO 2018							
	PREVISÃO MENSAL(A)	LOA (B)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D - A)	(D-B)	(D - C)
ICMS	7.269.678	7.861.145	7.496.187	7.273.226	3.548	(587.919)	(222.961)
ISS	1.450.815	1.542.934	1.542.934	1.475.780	24.965	(67.153)	(67.153)
SIMPLES	364.411	393.015	393.015	362.523	(1.888)	(30.492)	(30.492)
IRRF	2.565.342	2.737.823	2.737.823	2.768.525	203.184	30.702	30.702
IPVA	1.003.938	987.335	987.335	1.022.633	18.695	35.298	35.298
IPTU/TLP	912.237	909.587	909.587	923.307	11.070	13.720	13.720
ITBI	360.835	358.641	358.641	378.405	17.570	19.764	19.764
ITCD	91.455	91.079	91.079	104.625	13.170	13.547	13.547
OUTRAS TAXAS	72.100	77.863	77.863	68.239	(3.862)	(9.624)	(9.624)
RECEITA TRIB TOTAL	14.090.811	14.959.421	14.594.462	14.377.264	286.452	(582.157)	(217.199)
DÍVIDA ATIVA	301.213	272.494	272.494	318.463	17.249	45.969	45.969
M/J DÍVIDA ATIVA	78.589	83.047	83.047	84.110	5.521	1.063	1.063
M/J TRIBUTOS	100.306	103.122	103.122	106.236	5.930	3.114	3.114
TOTAL OUTRAS REC	480.109	458.664	458.664	508.809	28.701	50.146	50.146
TOTAL DA ARRECAÇÃO	14.570.920	15.418.084	15.053.126	14.886.073	315.153	(532.011)	(167.053)

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O quadro a seguir resume os indicadores econômicos considerados relevantes na elaboração do presente relatório.

INDICADORES ECONÔMICOS

Indicador	Unidade	Fonte	out/17	set/18	out/18	acum. ano	últ. 12 meses	projeção 2018
IPCA (1)	variação %	IBGE/BACEN	0,28%	0,45%	-0,21%	3,59%	4,05%	3,71%
IPCA - Brasília (1)	variação %	IBGE/BACEN	0,46%	0,41%	-0,43%	2,73%	3,34%	
SELIC (a.a) (1)	variação % a.a.	BACEN	7,00%	6,50%	6,50%			6,50%
PIB Brasil (crescim. estimado; 3)	taxa trimestral %/ ano ant	IBGE/BACEN	0,96%	1,36%	1,30%			1,30%
IBC-Br	var % mês/mês ant	BACEN	0,29%	-0,09%	0,02%	1,40%	1,54%	-----
Taxa de desemprego no DF	%	CODEPLAN	18,80%	17,90%	18,40%			-----
Índice FipeZap ampliado (20 cidades; 1)	variação %	Fipe	0,03%	-0,06%	0,06%	-0,32%	-0,31%	-----
Índice FipeZap DF (1)	variação %	Fipe	0,01%	-0,04%	0,03%	-0,79%	-1,00%	-----
Preço médio imóvel DF (1)	R\$/m ²	Fipe	8.256	7.789	7.787	-----	-----	-----
Venda de combustíveis no DF (m ³)	var % mês/mês ant	ANP	-0,69%	-6,03%	3,79%	-1,90%	-2,38%	-----
Produção Industrial Mensal - Brasil (PIM-PF; 4)	var % mês/mês ant	IBGE	0,1%	-1,8%	0,2%	1,8%	2,3%	-----
Receita nominal de vendas - varejo restrito (BR)	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-0,4%	-0,1%	0,3%	4,6%	4,5%	-----
Receita nominal de vendas - varejo restrito (DF)	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-0,3%	0,1%	-1,4%	1,9%	1,0%	-----
Consumo de energia elétrica no DF	var % mês/mês ant	EPE	-2,34%	5,75%	3,51%	0,11%	-1,76%	-----
Veículos vendidos no Brasil	var % mês/mês ant	Fenabrave	1,82%	-14,19%	19,40%	15,26%	16,50%	13,0%
Veículos vendidos no DF	var % mês/mês ant	Sincodiv/DF	2,92%	-21,43%	22,87%	13,71%	13,32%	-----

Obs: 1. O IPCA do Brasil e de Brasília, a taxa SELIC, os índices Fipe-Zap e o preço médio do imóvel referem-se aos meses seguintes aos indicados nas respectivas colunas;

2. Projeção constante do Boletim Focus divulgado em 17/12/18;
3. Projeção constante do Boletim Focus divulgado dois meses depois;
4. O índice refere-se à indústria geral.

PIB

Em 30 de novembro, o IBGE divulgou que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,8% na passagem do 2º para o 3º trimestre de 2018, na série com ajuste sazonal. Em relação ao 3º trimestre de 2017, o crescimento foi de 1,3%, e no acumulado nos quatro trimestres terminados no 3º trimestre de 2018, subiu 1,4% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. Já no acumulado do ano, o PIB cresceu 1,1% em relação a igual período de 2017.

De acordo com as projeções do Boletim Focus de 14 de dezembro, divulgadas no dia 17, a maior parte dos economistas das instituições financeiras consultados pelo Banco Central (BC) reduziram a previsão de crescimento do PIB para 2018 de 1,36% (quatro semanas antes) para 1,30%.

Apenas para comparação, no Boletim Focus de 15/12/17 (um ano atrás) a estimativa de variação do PIB era de +0,96% em 2017, muito próxima do crescimento de 1%, divulgado em 1º de março pelo IBGE (número oficial).

IBC-BR

Em 17 de dezembro, o BC divulgou que o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) registrou leve alta de 0,02% em outubro, na comparação com setembro, número calculado com "ajuste sazonal". Essa pequena alta indica que a economia brasileira ficou praticamente estável em outubro, frente ao mês anterior.

Na parcial deste ano (10 meses), foi registrada uma expansão de 1,40% no indicador do nível de atividade da economia brasileira (sem ajuste sazonal). Quanto ao acumulado de 12 meses até outubro, houve expansão de 1,54% (também sem ajuste).

Em 18/12/17, o BC divulgou que o IBC-Br acumulou alta de 0,75% em 2017 até outubro (sem ajuste sazonal). Pela mesma série, o IBC-Br apresenta alta de 0,21% nos 12 meses encerrados em outubro.

O BC divulgou, em nota publicada no Relatório de Inflação em março deste ano que, apesar de existirem diferenças no cálculo do IBC-Br e do PIB tanto do ponto de vista conceitual quanto metodológico, os mesmos tendem a se compensar ao longo do tempo, favorecendo as comparações em horizontes mais longos, como a anual.

IPCA

Em 7 de dezembro, o IBGE divulgou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, teve variação negativa de 0,21% em novembro, redução frente ao mês anterior (+0,45%) e

ao mesmo mês de 2017 (+0,28%). Esse resultado foi o menor desde junho de 2017, quando o IPCA ficou em -0,23%. Trata-se também da menor taxa para um mês de novembro desde a implantação do Plano Real, em 1994.

Regionalmente, a inflação em Brasília ficou bem ainda abaixo da nacional, apresentando variação negativa de 0,43%, tendo as principais variações ocorrido nos grupos Saúde e cuidados pessoais (-1,72%), Transportes (-1,17%) e Vestuário (0,45%). A variação negativa de 0,43% foi a terceira ocorrida nos últimos 12 meses, uma vez que em janeiro de 2018 (-0,15%) e outubro de 2018 (-0,72%) também registrou-se deflação.

O acumulado no ano ficou em 2,73%, inferior à variação do índice nacional (3,59%), enquanto o acumulado dos últimos doze meses ficou em 3,34%, também abaixo da variação nacional (4,05%). Nos últimos 12 meses os grupos que registraram as maiores variações foram Transportes (5,78%) e Vestuário (4,03%).

TAXA SELIC

Na última reunião de 2018, encerrada em 12 de dezembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 6,5% ao ano (a.a.) pela sexta vez seguida, em decisão aprovada por unanimidade entre seus nove membros.

Para o fim de 2019, a pesquisa Focus de 14 de dezembro prevê que a Selic encerrará o ano de 2019 em 7,5% a.a., 0,5 ponto percentual (p.p.) menor que a previsão divulgada quatro semanas antes.

Em retrospectiva, na reunião de 6/12/2017 o Copom reduziu de 7,50% para 7,00% a taxa SELIC, mantendo-a nesse patamar até 07/02/2018.

TAXA DE DESEMPREGO

No trimestre móvel referente aos meses de agosto a outubro de 2018, a taxa de desocupação foi estimada em 11,7%, registrando variação de -0,6 ponto percentual em relação ao trimestre de maio a julho de 2018 (12,3%). Na

comparação com o mesmo trimestre móvel do ano anterior, quando a taxa foi estimada em 12,2%, o quadro foi de queda de 0,5 ponto percentual.

No trimestre de agosto a outubro de 2018, estimou-se que havia aproximadamente 12,4 milhões de pessoas desocupadas no Brasil, variação de -4,0% (menos 517 mil pessoas) frente ao trimestre de maio a julho de 2018. No confronto com igual trimestre do ano anterior, quando havia 12,7 milhões de pessoas desocupadas, esta estimativa apresentou variação de -3,1%, significando uma redução de 389 mil pessoas desocupadas na força de trabalho.

O contingente de pessoas ocupadas foi estimado em 92,9 milhões no trimestre de agosto a outubro de 2018, aumento de 1,4% (+ 1,2 milhão de pessoas) em relação ao trimestre anterior (maio a julho de 2018). Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (agosto a outubro de 2017), quando havia no Brasil 91,5 milhões de pessoas ocupadas, este indicador também apresentou variação positiva (1,5%).

O contingente de empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada (exclusive trabalhadores domésticos), estimado em 32,9 milhões de pessoas, apresentou estabilidade frente ao trimestre anterior (maio a julho de 2018) e ao mesmo trimestre de 2017.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foram criadas 57.733 vagas de emprego com carteira assinada em outubro. Foi o quarto mês seguido com resultado positivo. A última queda foi em junho (-661 vagas).

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF) mostraram que a taxa de desemprego total subiu de 17,9% da População Economicamente Ativa (PEA) em setembro para 18,4% em outubro. Em outubro de 2017, a referida taxa era de 18,8%. Com isso, o contingente de desempregados foi estimado em 308 mil pessoas.

O contingente de ocupados diminuiu 0,9% e foi estimado em 1.363 mil pessoas, 12 mil a menos em relação ao mês anterior, em decorrência de reduções nos Serviços (-12 mil), na Administração Pública, por sua vez, diminuiu (-5,6%, ou -11 mil) e na Construção (-2 mil), ligeiramente atenuadas

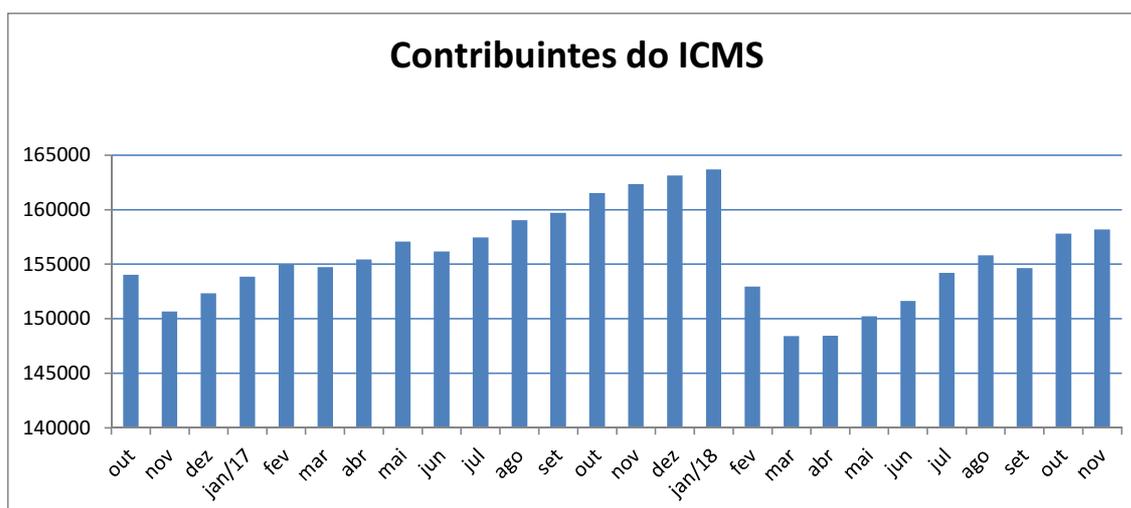
pelos pequenos aumentos no Comércio (2 mil) e na Indústria de Transformação (1 mil).

ARRECAÇÃO DO ICMS

A receita do ICMS registrou no mês de novembro de 2018 ingressos de R\$ 709,0 milhões em valores correntes. No comparativo com correspondente mês do ano anterior, apuraram-se acréscimos nominal de 8,6% e real de 4,9%.

Quanto ao resultado acumulado, a arrecadação do ICMS no período de janeiro a novembro de 2018 correspondeu a R\$ 7.273,2 milhões em valores correntes. Na comparação com o mesmo período de 2017, houve acréscimo nominal de 5,9% e aumento real de 3,0%. Ambas as comparações, mensal e acumulada, adotaram como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Em novembro de 2018, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal havia 158.205 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. Observa-se evolução no número de inscrições no ICMS a partir de abril de 2018, com queda em setembro e retomada de crescimento a partir de outubro, conforme ilustração abaixo.



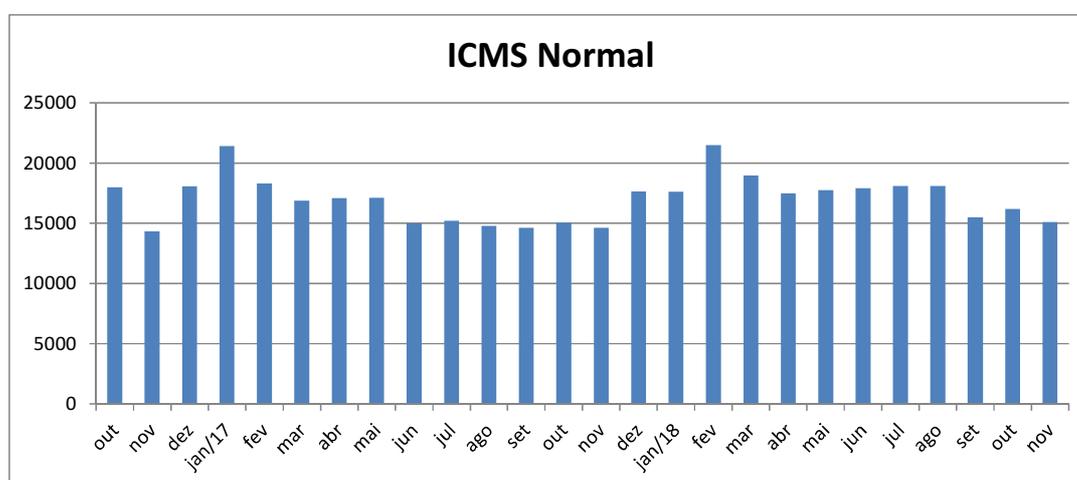
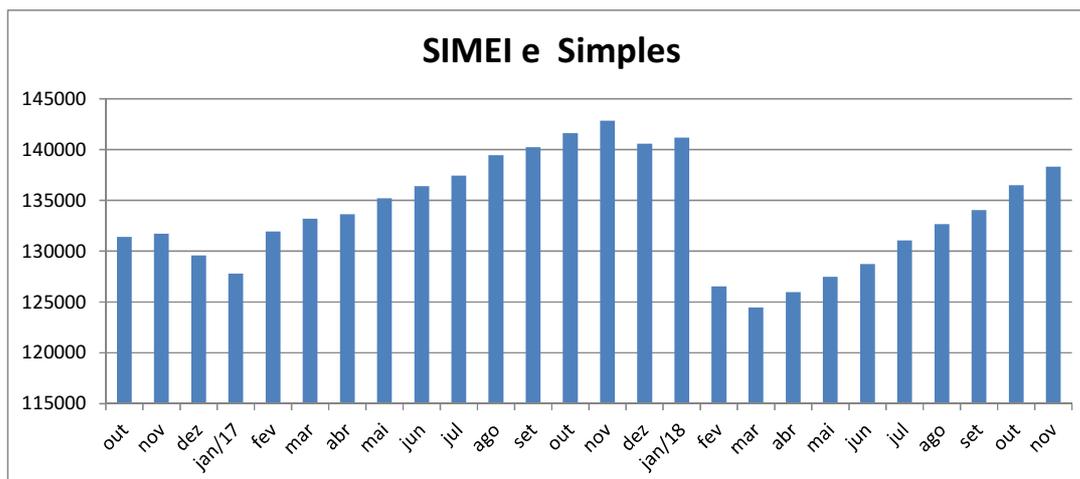
Do total de inscritos, 87,4% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 47.416 e 90.880 contribuintes, respectivamente.

Em relação à localidade dos contribuintes, as agências de atendimento da receita de Taguatinga e de Brasília permanecem como aquelas que possuem o maior número de contribuintes do ICMS a elas vinculados, agregando em conjunto 44,3% do total de contribuintes desse imposto.

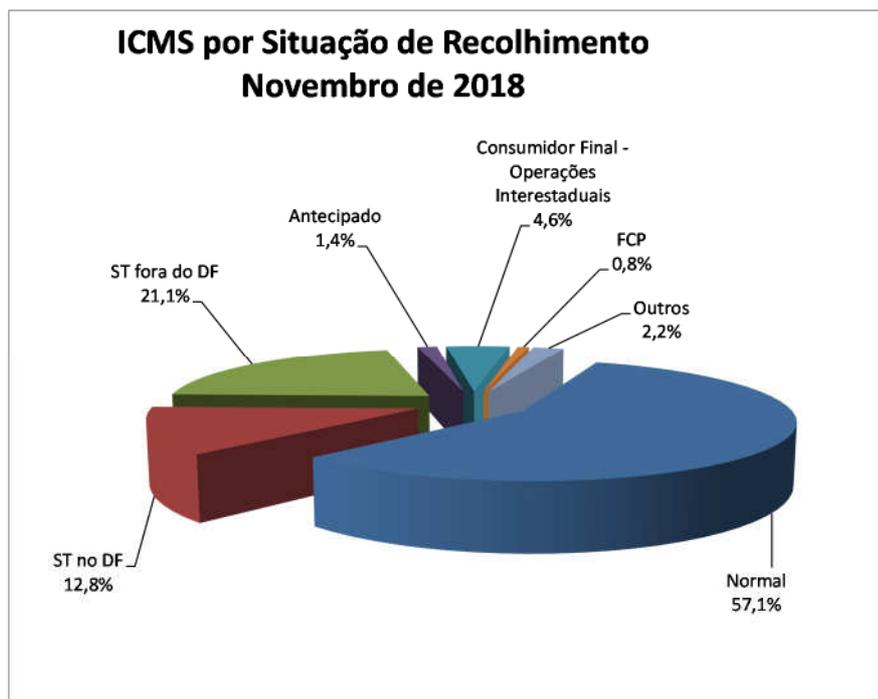
NOVEMBRO DE 2018											
NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal	1	3	9	12	7	3		1	3	3	42
2) Regime Normal de Apuração	542	3.513	1.253	1.815	1.227	465	2.246	594	3.306	158	15.119
3) PRO-DF Logístico				3							3
4) Regime Especial de Refeições		226	7	106	6	4	57	1	57	1	470
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção	5	2		10				2	5		29
6) Revendedor Porta-a-Porta				24		1				1	25
7) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.372	16.331	12.805		13.010	5.380	8.345	5.688	22.104	1.845	90.880
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.255	11.696	4.885	78	4.695	2.015	5.951	2.342	12.826	673	47.416
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				1.067							1.067
10) Telecomunicações-Centralizada				67							67
11) Telecomunicações - Centralizadora				6							6
12) Outra UF (E-Commerce)	6	14	8	3.032	5	1	1		5		3.072
13) Crédito Presumido-Serv Transporte		1		2		1	3			1	9
TOTAL	8.181	31.786	18.969	6.222	18.950	7.870	16.610	8.628	38.308	2.681	158.205
PARTICIPAÇÃO	5,17%	20,09%	11,99%	3,93%	11,98%	4,97%	10,50%	5,45%	24,21%	1,69%	100,00%
aumento mês atual sobre o mês anterior	0,74%	0,47%	0,52%	-5,50%	0,33%	0,56%	0,53%	0,68%	0,50%	0,26%	0,25%

No mês de novembro de 2018, houve decréscimo de 1.072 contribuintes na modalidade ICMS Normal e destaque nos aumentos dos números de contribuintes dos regimes de tributação SIMEI e no Simples Nacional, 1.233 e 580 contribuintes, respectivamente. Como resultado final, houve um acréscimo de 395 no número total de contribuintes do ICMS.

As figuras abaixo ilustram a evolução do número de contribuintes no ICMS SIMEI e Simples e ICMS Normal a partir de outubro de 2016. Observa-se uma nítida tendência de crescimento no número de contribuintes do SIMEI e Simples Nacional a partir de março de 2018. Quanto ao Regime Normal, o número de contribuintes tem se mantido relativamente estável a partir de abril a agosto de 2018, tendo apresentado relevante queda em setembro, com leve recuperação em outubro e nova queda em novembro.



Em relação à composição do ICMS por situação de recolhimento em novembro de 2018, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua sendo do Regime Normal, com 57,1%, seguido da Substituição Tributária fora e dentro do DF, com 21,1% e 12,8% respectivamente, perfazendo no conjunto 91,0% da receita total do imposto.



A tabela abaixo apresenta a arrecadação real do ICMS para o mês de novembro de 2018, bem como para o acumulado do ano, por modalidade de recolhimento.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO ¹							
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (nov/18)
	nov/18	jan-nov/2018	nov/17	jan-nov/2017	nov/18	jan-nov/2018	
					nov/17	jan-nov/2017	
Normal	405.010	4.170.154	380.357	4.136.052	6,5%	0,8%	57,1%
ST no DF	90.811	943.647	100.492	991.982	-9,6%	-4,9%	12,8%
ST fora do DF	149.658	1.595.246	151.566	1.564.430	-1,3%	2,0%	21,1%
Antecipado	9.977	87.726	8.741	80.086	14,1%	9,5%	1,4%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	32.287	360.977	19.389	211.006	66,5%	71,1%	4,6%
FCP	5.675	56.470	5.871	59.364	-3,3%	-4,9%	0,8%
Outros	15.579	155.346	9.720	111.323	60,3%	39,5%	2,2%
Total da Arrecadação	708.997	7.369.567	676.137	7.154.244	4,9%	3,0%	100,0%

Fonte: Dados SIGGO e SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

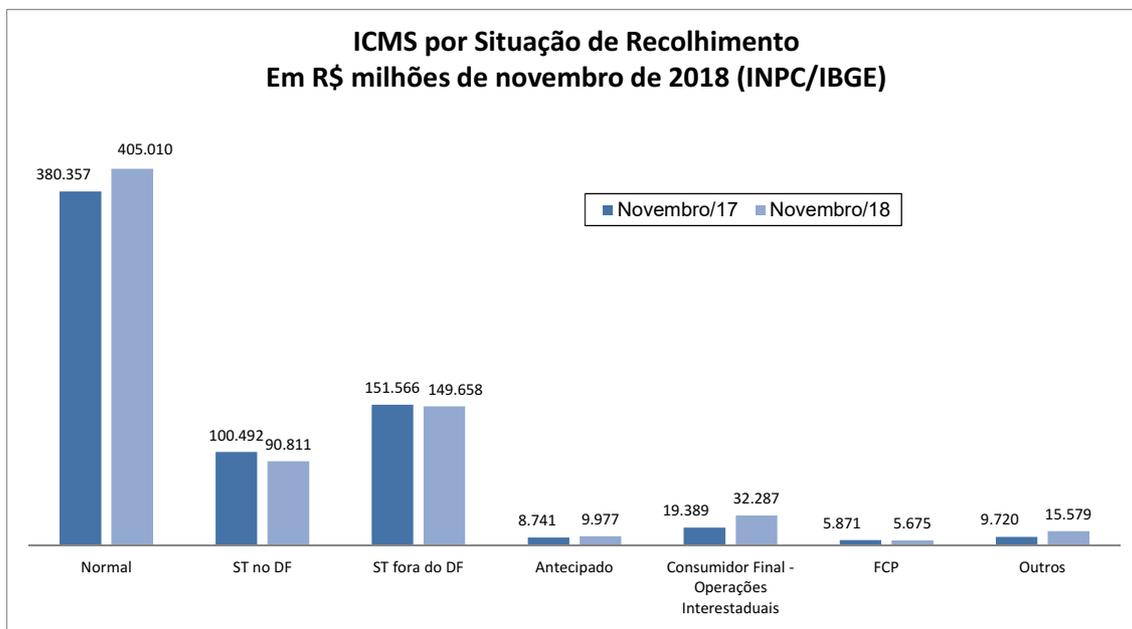
Notas: 1. Apuração com base no INFC/IBGE.

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

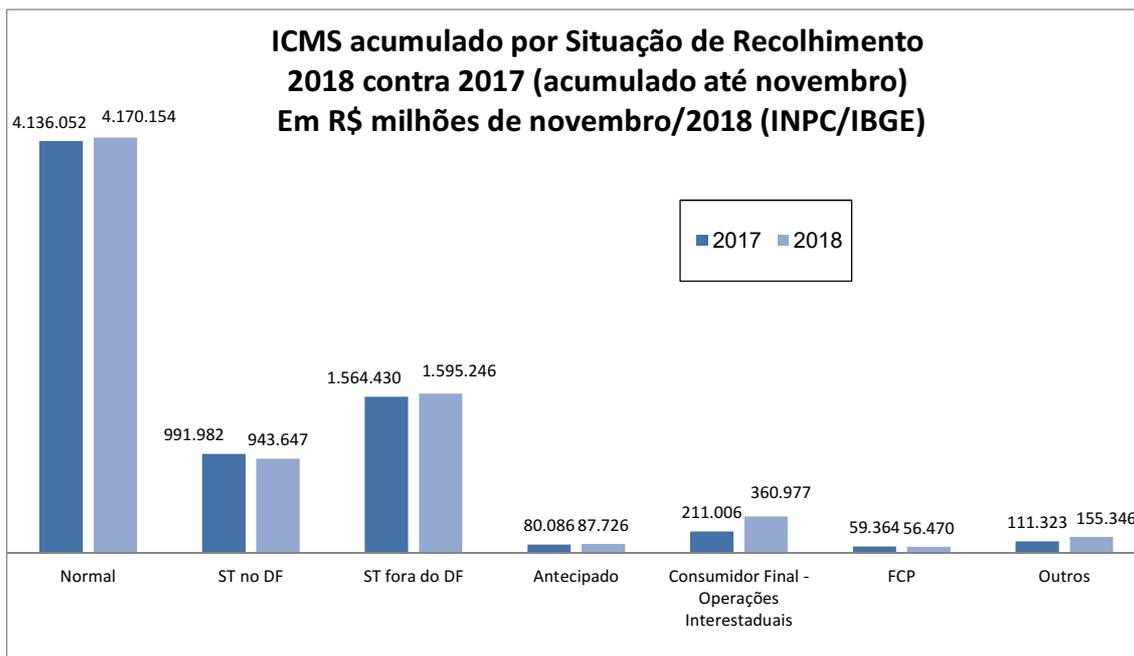
3. Outros = importação, auto de infração, LC 52/97, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

Delineando o acréscimo real de R\$ 32,9 milhões na receita total do ICMS em novembro de 2018 na comparação com o correspondente mês de 2017 pelos principais itens de receita do tributo, verifica-se que esse resultado se deve principalmente aos aumentos observados nas modalidades de recolhimento Normal (+R\$ 24,7 milhões) e Consumidor Final – Operações Interestaduais (+R\$ 12,9 milhões). Tais aumentos suplantaram as quedas observadas na Substituição Tributária dentro do DF (-R\$ 9,7 milhões) e na Substituição Tributária fora do DF (-R\$ 1,9 milhão).

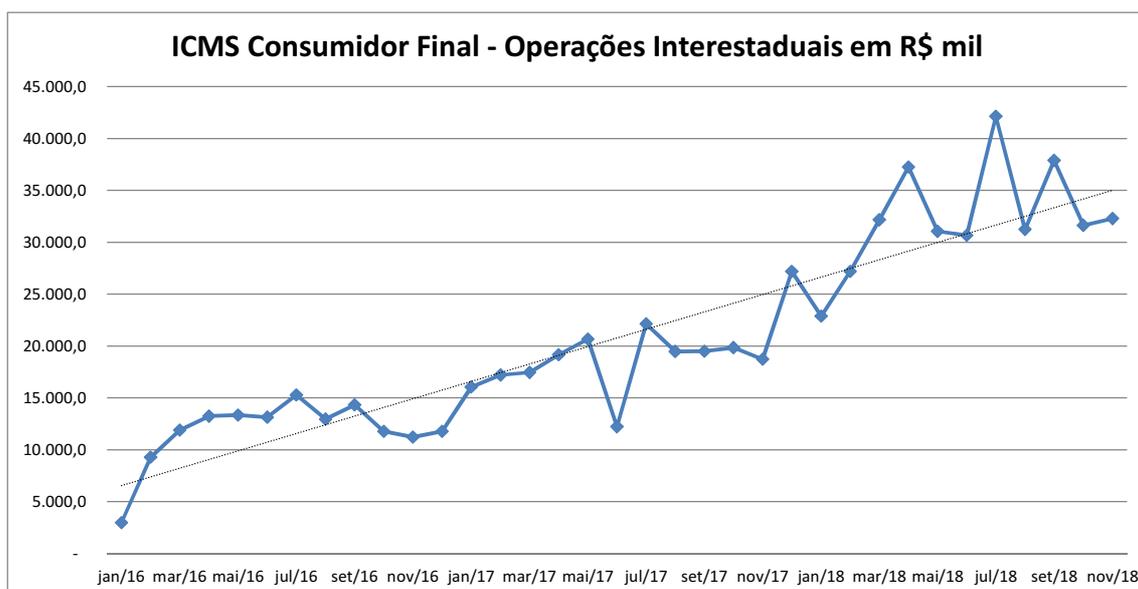
A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de novembro de 2018 com igual mês de 2017.



Quanto à análise acumulada referente ao período de janeiro a novembro de 2018, registrou-se aumento real do ICMS de R\$ 215,3 milhões, na comparação com correspondente período de 2017. Os destaques positivos foram observados nas modalidades de Consumidor Final - Operações Interestaduais (+R\$ 150,0 milhões), Outros (+R\$ 44,0 milhões), que inclui a modalidade Incentivado/PADES (+R\$ 31,5 milhões), Normal (+R\$ 34,1 milhões) e Substituição Tributária fora do DF (+R\$ 30,8 milhões). Por outro lado, o destaque negativo ficou com o desempenho da Substituição Tributária no DF (-R\$ 48,3 milhões). A figura seguinte ilustra a referida comparação acumulada.



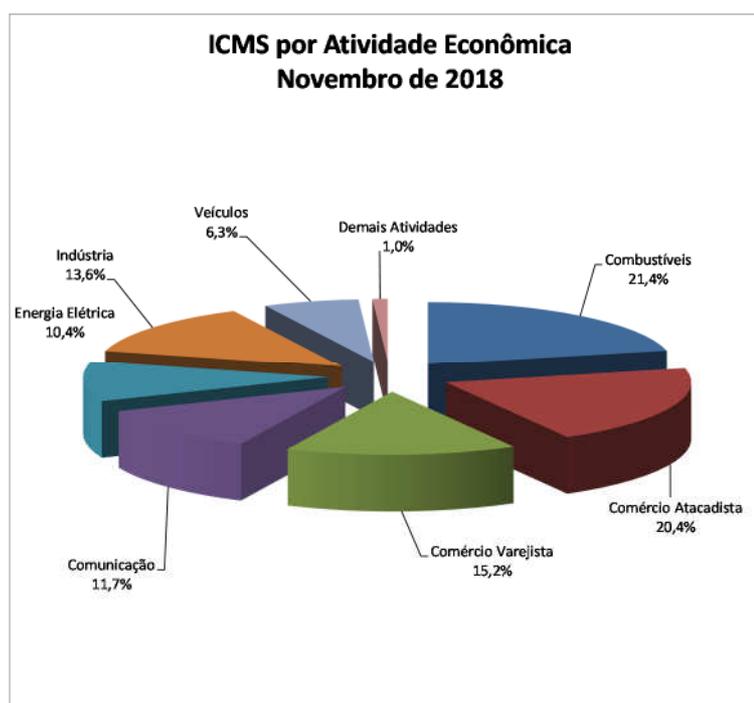
O gráfico seguinte apresenta o desempenho do ICMS referente à modalidade Consumidor Final – Operações Interestaduais. Essa modalidade advém em grande parte do comércio eletrônico, cuja arrecadação começou a partir de janeiro de 2016, após a aprovação da Emenda Constitucional nº 87/2015, que estabeleceu o diferencial de alíquotas entre o Estado destinatário (alíquota interna) e o remetente (alíquota interestadual), para bens e serviços destinados a consumidor final, contribuinte ou não do ICMS.



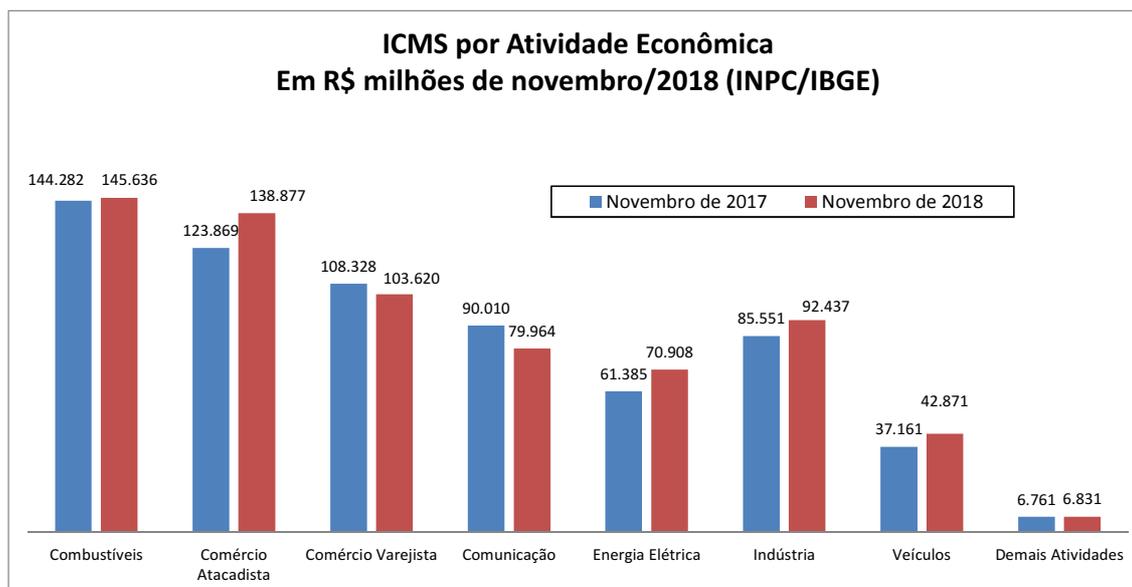
Verifica-se no gráfico anterior, linha de tendência ascendente desde a implantação da modalidade em 2016. No mês de outubro houve queda da arrecadação, com recuperação no mês de novembro, permanecendo, entretanto, abaixo da linha de tendência.

Observa-se ainda o art.99 do ADCT da CF/88, que institui que o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual será partilhado entre os Estados de destino e de origem, na seguinte proporção: para o ano de 2015, 20% para o Estado de destino e 80% para o Estado de origem; para o ano de 2016, 40% para o Estado de destino e 60% para o Estado de origem; para o ano de 2017, 60% para o Estado de destino e 40% para o Estado de origem; para o ano de 2018, 80% para o Estado de destino e 20% Estado de origem; a partir do ano de 2019, 100% para o Estado de destino. Portanto, espera-se uma arrecadação ascendente até 2019, estabilizando-se a partir desse ano.

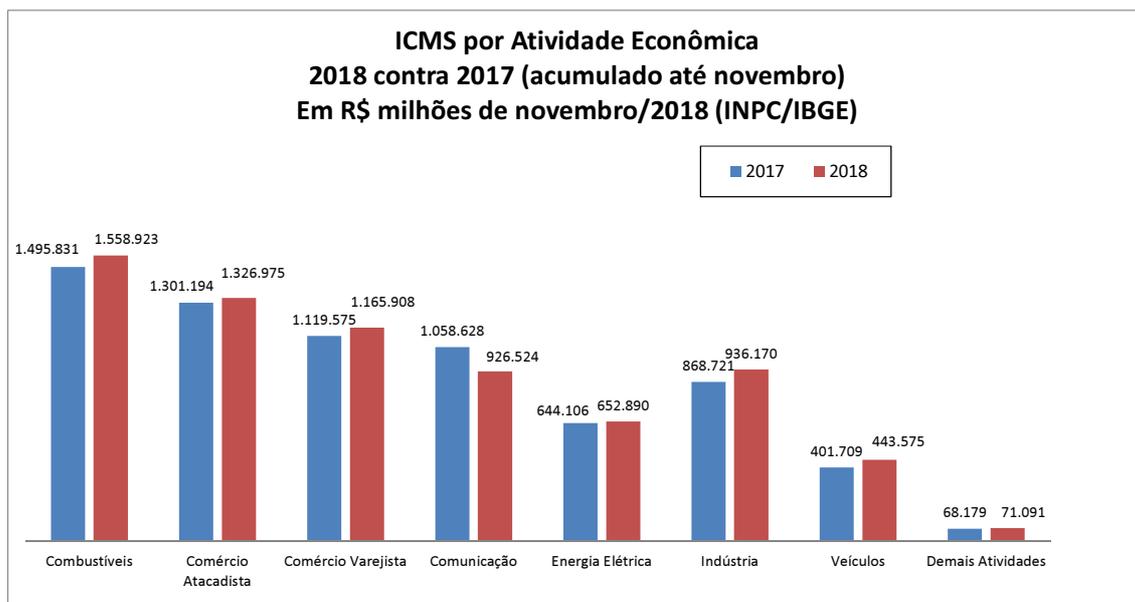
No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em novembro de 2018, observa-se que os setores mais representativos foram Combustíveis com participação de 21,4%, seguido pelo Comércio Atacadista, Comércio Varejista e Indústria, com participação de 20,4%, 15,2% e 13,6%, respectivamente.



Na avaliação do desempenho real positivo da receita de novembro de 2018 frente a correspondente mês de 2017, tiveram destaque os aumentos observados nos segmentos de Comércio Atacadista (+R\$ 15,0 milhões) e Energia Elétrica (+R\$ 9,5 milhões), que suplantaram as perdas observadas nos segmentos de Comunicação (-R\$ 10,0 milhões) e Comércio Varejista (-R\$ 4,7 milhões).



Quanto ao desempenho acumulado no período de janeiro a novembro de 2018 em relação a igual período de 2017, verificou-se desempenho positivo em quase todos os segmentos, destacando-se Indústria (+R\$ 67,5 milhões), Combustíveis (+R\$ 63,1 milhões), Comércio Varejista (+R\$ 46,3 milhões), Veículos (+R\$ 41,9 milhões) e Comércio Atacadista (+R\$ 25,8 milhões). Perda real ocorreu em Comunicação (-R\$ 132,1 milhões). A figura seguinte ilustra a comparação acumulada.



A tabela abaixo resume a arrecadação do ICMS por atividade econômica, apresentando-as em valores reais para os meses de novembro de 2018 e de 2017, bem como em relação ao acumulado para o período de janeiro a novembro de 2018 em relação a igual período de 2017 e a composição da arrecadação em novembro de 2018.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS							
ITEM	Valores Reais ¹ (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (nov/2018)
	nov/18	jan-nov/2018	nov/17	jan-nov/2017	nov/17	jan-nov/2018	
Combustíveis	145.636	1.558.923	144.282	1.495.831	0,9%	4,2%	21,4%
Comércio Atacadista	138.877	1.326.975	123.869	1.301.194	12,1%	2,0%	20,4%
Comércio Varejista	103.620	1.165.908	108.328	1.119.575	-4,3%	4,1%	15,2%
Comunicação	79.964	926.524	90.010	1.058.628	-11,2%	-12,5%	11,7%
Energia Elétrica	70.908	652.890	61.385	644.106	15,5%	1,4%	10,4%
Indústria	92.437	936.170	85.551	868.721	8,0%	7,8%	13,6%
Veículos	42.871	443.575	37.161	401.709	15,4%	10,4%	6,3%
Demais Atividades	6.831	71.091	6.761	68.179	1,0%	4,3%	1,0%
TOTAL	681.143	7.082.057	657.347	6.957.943	3,6%	1,8%	100,0%

Fonte: Dados SIGGO e SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros = importação, auto de infração, LC 52/97, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

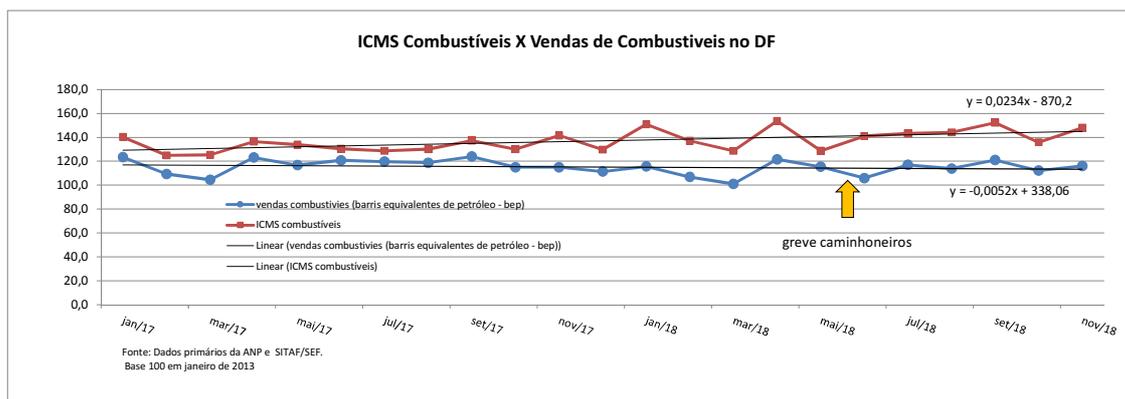
DESEMPENHO DA ARRECAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

COMBUSTÍVEIS

Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, tomaram-se como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras até outubro, fato gerador da arrecadação do ICMS de novembro,

conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP, ilustrada pelo gráfico abaixo.

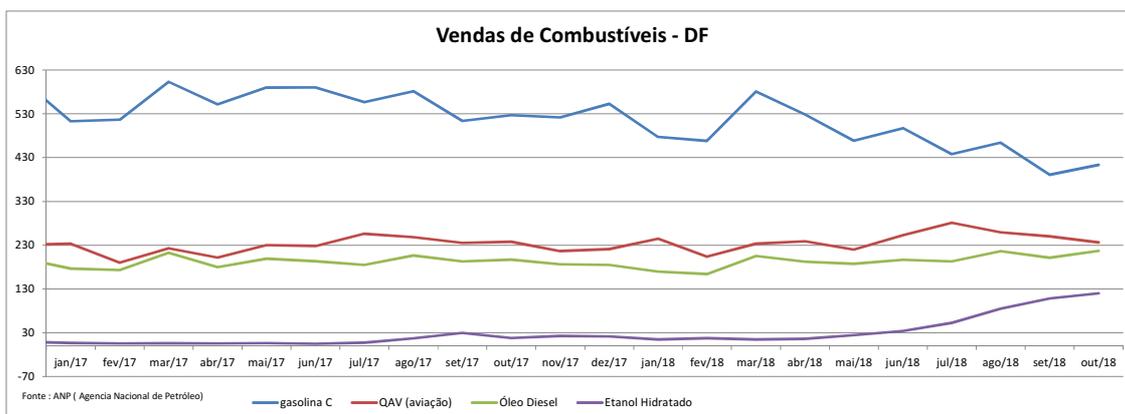
Assim foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais. De acordo com o gráfico, depreende-se que houve aumentos tanto nas vendas de derivados quanto no ICMS correlato a esse produto.



Vale ressaltar que a longo prazo, a curva de recolhimentos do segmento apresenta leve inclinação positiva, ao passo que a referente às vendas de combustíveis indica uma estabilização. Tal comportamento está provavelmente relacionado aos sucessivos aumentos de preço da gasolina C nas bombas.

Analisando o comportamento das vendas de combustíveis no DF por produto, continua-se apurando elevação das vendas do combustível etanol hidratado, embora de maneira menos expressiva que nos dois meses anteriores. No entanto, ainda é nítida a tendência de substituição da gasolina pelo etanol, inaugurada entre maio e junho de 2018.

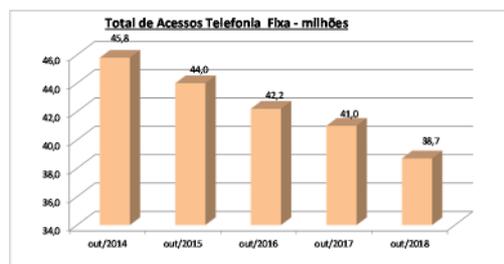
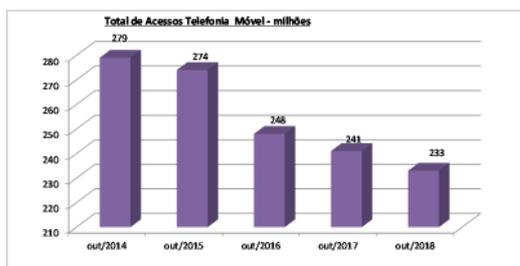
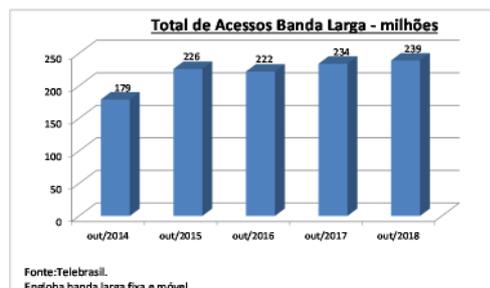
Por outro lado, em outubro de 2018, houve uma recuperação nas vendas da gasolina C, que havia apresentado uma relevante queda no mês anterior, atingindo naquela ocasião o menor patamar desde janeiro de 2011.



Considerando os resultados de vendas e a correspondente arrecadação de ICMS do setor de combustíveis no Distrito Federal do mês de novembro de 2018 em comparação com o mesmo mês de 2017, houve acréscimo real de 0,9% na arrecadação. Quanto ao desempenho acumulado para o período de janeiro a novembro de 2018 em relação a igual período de 2017, houve aumento real de 4,2%.

COMUNICAÇÕES

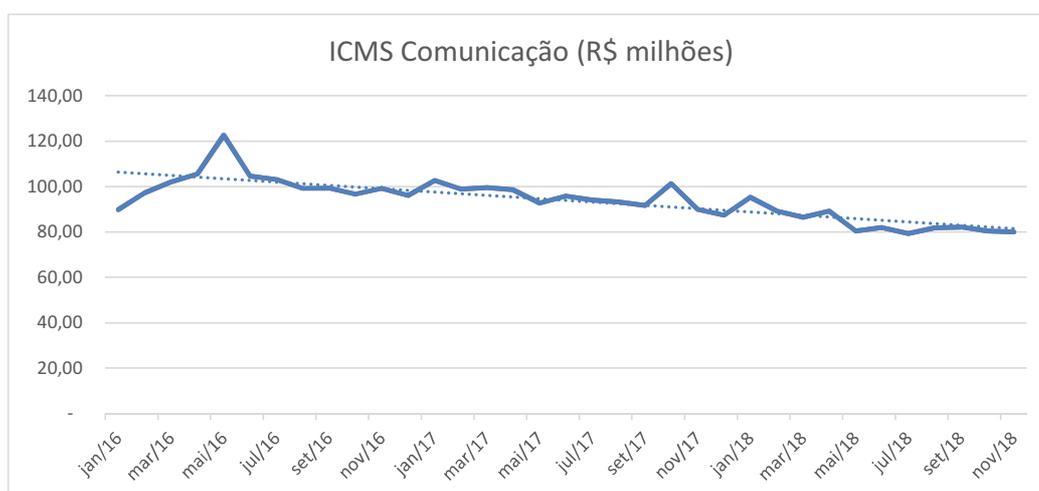
De acordo com os gráficos abaixo, elaborados a partir de dados da Telebrasil, com exceção de acessos de banda larga, o setor de comunicações no Brasil apresenta desempenho de serviços em franca retração. Observa-se queda acentuada de acessos à telefonia fixa e móvel.



Os serviços de telefonia fixa receberam em outubro de 2018 38,7 mil acessos, o que corresponde à retração de 5,6% quando comparado a outubro de 2017. Já a modalidade móvel caiu de 241 mil para 233 mil acessos, queda de 3,3%. No que tange a banda larga houve incremento de 2,1% dos acessos, contudo tais serviços não são alcançados pelo regime de tributação do ICMS.

No Distrito Federal, como reflexo da situação do setor descrita acima, o ICMS Comunicações apresentou queda de 11,2% na comparação de novembro de 2018 com novembro de 2017. Quanto à comparação acumulada de 2018 frente a 2017, também houve decréscimo de 12,5% do ICMS arrecadado pelo segmento.

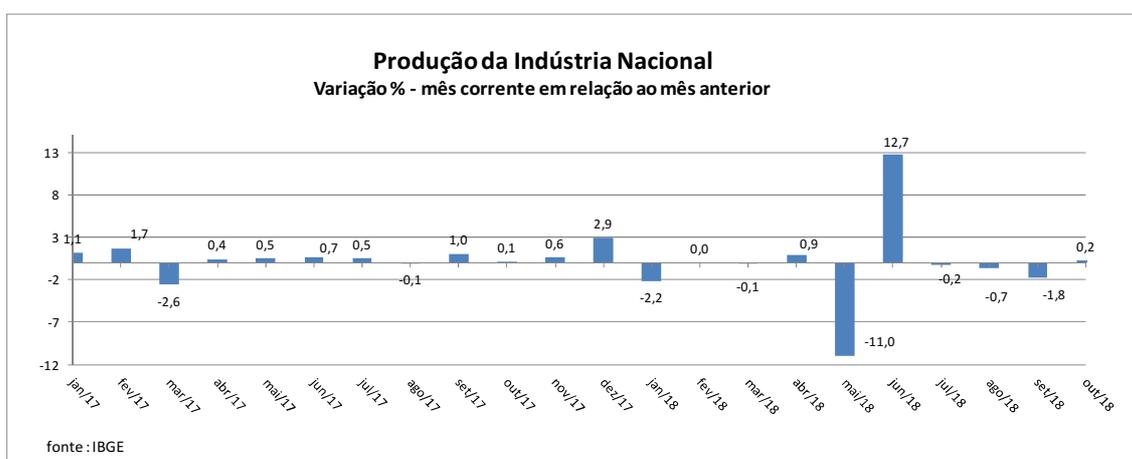
Conforme indica a ilustração abaixo, a arrecadação do ICMS de serviços de comunicação no DF vem apresentando comportamento declinante. Desde maio de 2018, a curva de arrecadação encontra-se abaixo da reta de tendência linear, porém buscando estabilizar-se.



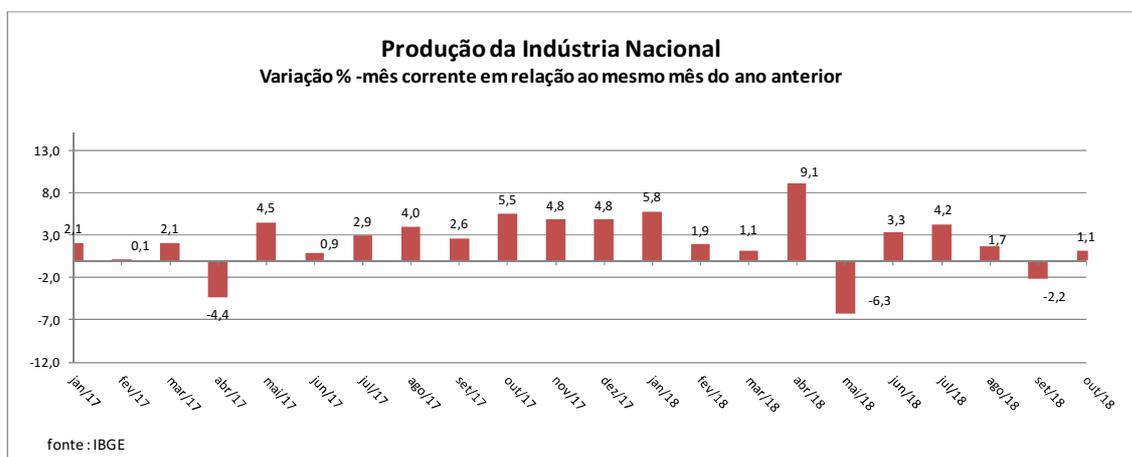
INDÚSTRIA

Após um mês de setembro fraco, a Sondagem Industrial de outubro publicada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), feita com 2.138 empresas entre 1º e 14 de novembro mostrou que a atividade industrial apresentou sinais de recuperação em outubro. A produção aumentou em ritmo superior ao observado no ano passado. A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) alcançou 69%, 1 p.p. superior ao observado em setembro, mantendo-se, pelo terceiro mês consecutivo, 2 p.p. acima do registrado nos mesmos meses de 2017. O índice de evolução da produção, ao passar de 47,2 pontos, em setembro, para 54,7 pontos em outubro, indicou crescimento na produção frente ao mês anterior. Foi o 2º melhor índice de evolução para o mês desde 2010.

Após três meses consecutivos de queda, o IBGE divulgou em 4 de dezembro que a produção industrial cresceu 0,2% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, interrompendo, dessa forma, três meses de taxas negativas consecutivas, período em que acumulou redução de 2,7%. No índice acumulado dos dez meses de 2018, o setor industrial registrou crescimento de 1,8%. A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, avançou 2,3% em outubro, e assinalou perda de ritmo frente aos resultados de julho (3,3%), agosto (3,1%) e setembro (2,7%).



Na comparação com outubro de 2017, que teve um dia útil a menos, o setor industrial assinalou expansão de 1,1%, após assinalar queda de 2,2% em setembro último, com resultados positivos em três das quatro grandes categorias econômicas, 17 dos 26 ramos, 42 dos 79 grupos e 52,9% dos 805 produtos pesquisados.



No Boletim Focus de 14 de dezembro, a projeção para a produção industrial de 2018, que há quatro semanas estava em 2,19%, foi reduzida para 1,91%. No caso de 2019, a estimativa de crescimento da produção industrial foi mantida em 3,04%.

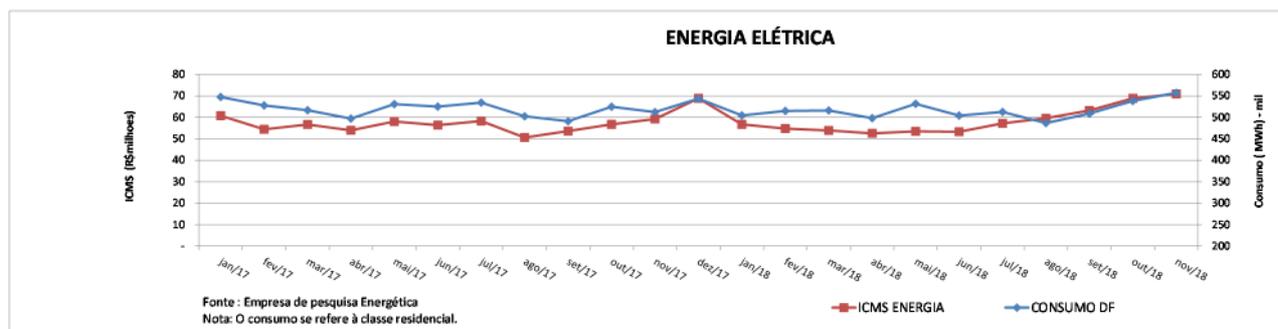
Na comparação da arrecadação do ICMS da indústria de novembro de 2018 com o correspondente mês de 2017, contabilizou-se acréscimo real de 8,0%. No desempenho acumulado para o período de janeiro a novembro de 2018 em relação a igual período de 2017, registrou-se aumento real de 7,8%.

ENERGIA ELÉTRICA

Na Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) relatou que o consumo de energia elétrica na rede em outubro totalizou 39.742 gigawatts-hora, alta de 1,1% ante o mesmo mês de 2017. No Centro-Oeste, onde o consumo total aumentou 5,6%, destaque para as altas observadas nas classes comercial (+5,3%) e residencial (+7,3%).

Conforme informação enviada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Energéticos da Empresa de Pesquisa Energética, o consumo de eletricidade em outubro no Distrito Federal totalizou 557.171 MWh, altas de 3,51% frente ao mês anterior e de 8,71% em relação a outubro de 2017.

O gráfico abaixo apresenta a evolução de consumo de energia elétrica e de arrecadação do ICMS do setor, a partir de janeiro de 2017, com integral alinhamento verificado nos últimos quatro meses de apuração.



No que tange à arrecadação do ICMS para o setor, na comparação de novembro de 2018 com igual mês de 2017, contabilizou-se aumento real de 15,5%. No desempenho acumulado para o período de janeiro a novembro de 2018 em relação ao correspondente período de 2017, registrou-se um acréscimo real de decréscimo real de 1,4%.

VEÍCULOS

A associação de concessionárias (Fenabreve) divulgou que as vendas de veículos novos em outubro totalizaram 254.732 unidades, alta de 19,4% na comparação com o mês anterior e de 25,58% sobre outubro de 2017, considerando a venda de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. No comparativo ano a ano, enquanto os emplacamentos de veículos pesados (caminhões e ônibus) tiveram alta de 60,51%, as vendas de automóveis e comerciais leves cresceram 24,47%.

No Distrito Federal, o Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF) informou que em outubro foram vendidas 6.931 unidades, alta de 22,87% ante as 5.641 unidades comercializadas no mês anterior e de 17,16% em relação às 5.916 unidades vendidas em outubro de 2017.

Quanto à arrecadação do ICMS Veículos no Distrito Federal, o resultado do mês de novembro de 2018 foi de acréscimo real de 15,4% na comparação com o mesmo mês em 2017. Quanto ao desempenho acumulado para o período de janeiro a novembro de 2018 em relação a igual período de 2017, registrou-se aumento real de 10,4%.

VENDAS NO VAREJO

O varejo iniciou o quarto trimestre do ano em ritmo fraco, como esperado, mas as vendas foram ainda piores que o esperado. De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio divulgada pelo IBGE ,em 13 de dezembro, o volume de vendas do comércio varejista restrito nacional teve queda de 0,4% frente ao mês imediatamente anterior, feitos os ajustes sazonais, após recuo

de 1,3% em setembro. Foram verificados resultados negativos para 17 das 27 Unidades da Federação, sendo que o Distrito Federal apresentou a segunda maior redução (-3,4%). As vendas do varejo ampliado, que incluem veículos e material de construção, tiveram queda de 0,2%, ante uma expectativa de alta de 0,5%.

Na comparação com outubro de 2017, o varejo restrito cresceu 1,9% e o ampliado avançou 6,2% (décima oitava alta consecutiva). O crescimento do varejo, tanto no conceito restrito quanto no ampliado, desacelerou no acumulado em 12 meses. Nesse período, que permite aferir melhor a tendência da atividade, o varejo restrito desacelerou desde a alta de 3,8% alcançada em março para 2,7% em outubro. No ampliado, o crescimento de 7% alcançado em abril cedeu para 5,7% nos 12 meses acumulados em outubro.

A expectativa era de estabilidade, mas analistas apontam a lenta recuperação do mercado de trabalho e o adiamento de compras por causa das promoções de Black Friday no mês seguinte como possíveis causas de mais um mês decepcionante no setor.

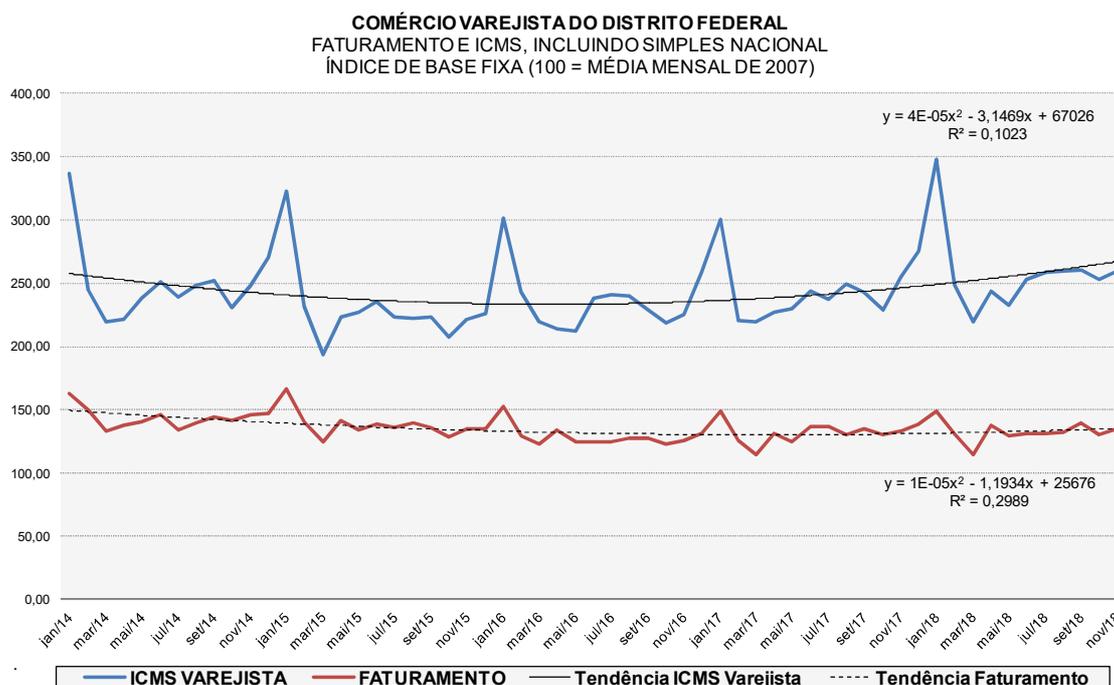
Frente a outubro de 2017, a variação das vendas do comércio varejista nacional foi de 1,9%, com 24 das 27 Unidades da Federação mostrando avanço nas vendas, com destaque, em termos positivos, para Santa Catarina (9,4%), Acre (9,2%) e Espírito Santo (9,0%). Entre as três Unidades da Federação que registraram queda, a maior foi observada no Distrito Federal (-6,7%). Considerando o comércio varejista ampliado, que inclui as atividades de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, a variação entre setembro e outubro foi negativa de 0,2%, com 20 das 27 Unidades da Federação mostrando queda nas vendas nessa comparação. Nesse confronto, no Distrito Federal, apurou-se a terceira maior variação negativa (-4,3%), após ter apresentado a segunda maior queda no mês anterior (-4,2%).

Na publicação do IBGE, as atividades que apresentaram as variações mais relevantes no volume de vendas no DF frente a outubro de 17 foram, do lado positivo, “Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos” (4,9%) e “Outros artigos de uso pessoal e doméstico” (2,4%), enquanto que “Livros, jornais, revistas e papelaria” (-37,2%), “Móveis e

eletrodomésticos” (12,2%) e “Combustíveis e lubrificantes” (-9,7%) foram as mais expressivas do lado negativo.

Quanto à arrecadação do ICMS do Comércio Varejista no Distrito Federal, o resultado do mês de novembro de 2018 foi de decréscimo real de 4,3% na comparação com o mesmo mês de 2017. Quanto ao desempenho acumulado para o período de janeiro a novembro de 2018 em relação a igual período de 2017, registrou-se aumento real de 4,1%.

Conforme gráfico seguinte, a curva de arrecadação do ICMS varejista no Distrito Federal, bem como a que representa a receita de vendas, apresentaram ascensão em novembro de 2018, em relação ao mês anterior. É notável a tendência de recuperação da arrecadação mais pronunciada do que a do faturamento.



ICMS BRASIL

A arrecadação acumulada do ICMS em nível nacional até outubro, incluindo dívida ativa, multas e juros e simples nacional, apresentou aumento real de 4,6% em 2018 frente a 2017. Nessa mesma comparação, o Distrito Federal apresentou acréscimo de 2,8%, ocupando a 25ª posição no ranking

dos melhores desempenhos dentre as 27 Unidades Federadas, conforme tabela seguinte. Em termos regionais, o DF ocupou a penúltima posição.

ICMS BRASIL ATÉ OUTUBRO - VALORES EM R\$ MILHÕES (INPC/IBGE)

	Unidade da Federação	2017	2018	Variação (em %)
1	PI Piauí	3.207	3.555	10,87%
2	MT Mato Grosso	9.261	10.167	9,79%
3	AP Amapá	648	711	9,59%
4	TO Tocantins	2.176	2.379	9,31%
5	AM Amazonas	7.048	7.682	8,99%
6	MS Mato Grosso do Sul	7.419	8.027	8,19%
7	PE Pernambuco	12.320	13.302	7,97%
8	AC Acre	987	1.064	7,77%
9	RR Roraima	670	722	7,68%
10	RJ Rio de Janeiro	27.814	29.880	7,43%
11	SE Sergipe	2.738	2.936	7,22%
12	MA Maranhão	5.388	5.774	7,16%
13	ES Espírito Santo	7.955	8.521	7,11%
14	SC Santa Catarina	16.731	17.825	6,54%
15	BA Bahia	18.001	19.159	6,44%
16	AL Alagoas	3.129	3.329	6,38%
17	RN Rio Grande do Norte	4.460	4.739	6,27%
18	MG Minas Gerais	39.454	41.708	5,71%
19	RO Rondônia	2.864	3.013	5,19%
20	SP São Paulo	113.737	117.769	3,54%
21	PA Pará	8.838	9.116	3,15%
22	PB Paraíba	4.442	4.580	3,10%
23	CE Ceará	9.635	9.918	2,93%
24	RS Rio Grande do Sul	27.583	28.384	2,91%
25	DF Distrito Federal	6.794	6.982	2,77%
26	GO Goiás	12.806	13.094	2,24%
27	PR Paraná	25.849	25.174	-2,61%
	BRASIL	381.955	399.509	4,60%

Fonte: SEF-DF e COTEPE/CONFAZ/MF.

Nota: Os valores não informados pelos Estados de AM (junho a outubro/2018), PI (setembro e outubro/2018), PB (outubro/2018) e MT (setembro e outubro/2018) for: substituídos por médias aritméticas simples dos últimos 12 meses.

ARRECAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional, em novembro de 2018, totalizaram R\$ 36,5 milhões, que representa um aumento de 12,5% em relação ao mês precedente. Nessa mesma comparação, houve acréscimos tanto para o ICMS quanto para o ISS, de 12,5% e 12,6% respectivamente. Quanto ao

número de contribuintes, observou-se aumento para o ICMS de 1,3% e para o ISS de 1,5%.

ARRECAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES						
Mês/Ano		ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
		Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
junho	2018	15.578.657,00	128.715	12.838.785,85	132.703	28.417.442,85
julho	2018	20.240.071,34	131.075	17.002.574,16	135.622	37.242.645,50
agosto	2018	17.903.631,64	132.667	14.792.684,73	137.748	32.696.316,37
setembro	2018	18.831.533,99	134.061	15.767.120,61	139.636	34.598.654,60
outubro	2018	17.505.334,43	136.483	14.907.739,00	142.552	32.413.073,43
novembro	2018	19.687.446,31	138.296	16.780.009,99	144.742	36.467.456,30
Nota: nº de contribuintes inclui SIMEI.						
Fonte: SIGGO						

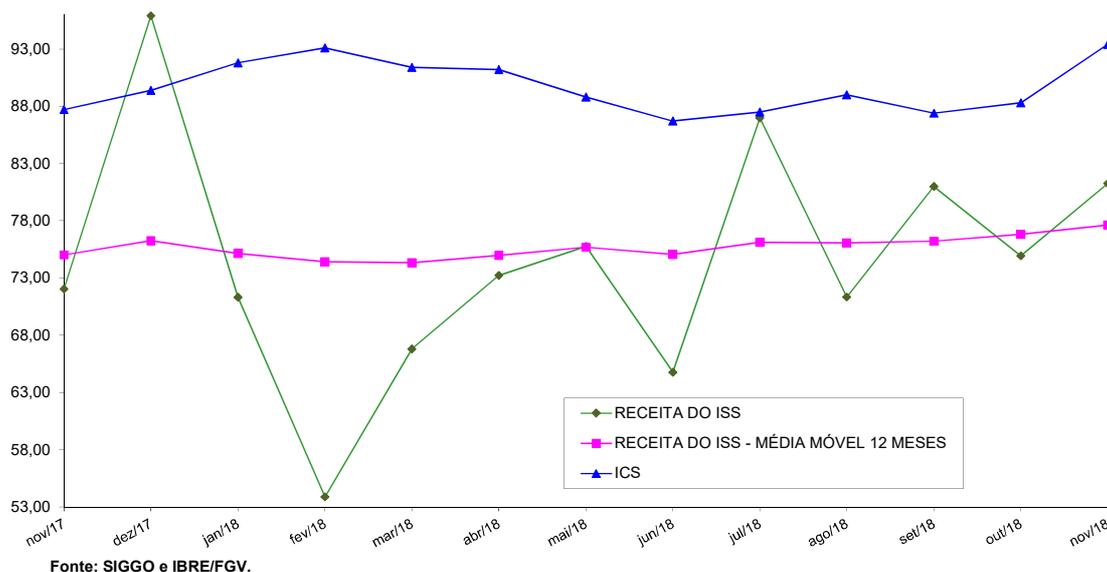
ARRECAÇÃO DO ISS

No mês de novembro de 2018, a receita do Imposto Sobre Serviços (ISS) contabilizou o montante de R\$ 149,7 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se um acréscimo nominal de 12,8%, e expansão real de 8,9%, tendo o INPC/IBGE como índice de correção monetária.

Quanto à receita acumulada no período de janeiro a novembro de 2018, a arrecadação foi de R\$ 1.475,8 milhões em valores correntes. No comparativo com igual período em 2017, apurou-se evolução nominal de 2,0%, contudo retração real de 0,9%, pelo INPC/IBGE.

O Índice de Confiança de Serviços (ICS), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico abaixo traz o comportamento deste indicador, até novembro de 2018, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.

COMPARATIVO ÍNDICE DE CONFIANÇA DE SERVIÇOS x RECEITA DO ISS



De acordo com a figura acima, depreende-se que o Índice de Confiança de Serviços (ICS) apresentou expressivo aumento em novembro, correspondente a 5,1 pontos, conforme a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com o isso o índice atingiu 93,4 pontos, o maior da série nos últimos doze meses. Assim, observou-se que de fevereiro a junho de 2018, houve forte retração para esse indicador, compensada, à exceção de setembro, por sucessivos aumentos.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), passou a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios divulgados pelo IBRE/FGV referentes ao setorial das sondagens de tendências são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

No mês de novembro de 2018, o cadastro fiscal do DF registrou 173.885 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

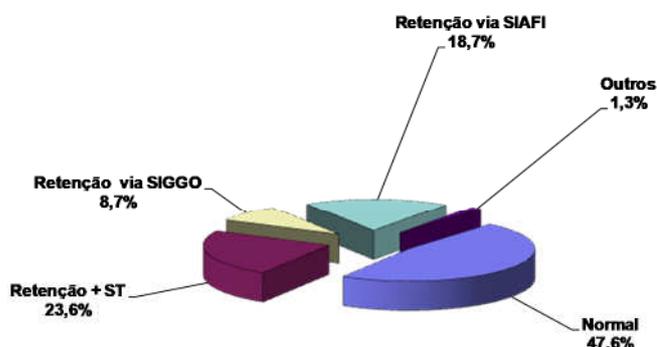
NOVEMBRO DE 2018											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	793	11.557	1.210	2.203	1.214	386	3.895	735	5.206	131	27.330
2) Substituto Tributário Interno -ISS		3		39							42
3) Sociedade Unipessoal de Advocacia - ISS		7					1				8
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.690	19.077	12.405		12.990	4.672	8.890	5.847	22.752	1.724	94.047
5) SIMPLES NACIONAL	2.274	16.675	3.846	69	3.846	1.399	6.617	2.191	13.296	482	50.695
6) Sociedades Uniprofissionais		751	6	9	5	1	54	2	69		897
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				54							54
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora				6							6
10) Outra UF (E-Commerce)	3	9	2	661	4		1		2		682
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF		19	1	99	1		1		1	1	123
TOTAL	8.760	48.098	17.470	3.141	18.060	6.458	19.459	8.775	41.326	2.338	173.885

No comparativo com o mês anterior houve acréscimo de 956 inscrições no total de contribuintes do ISS, resultado dos aumentos ocorridos no regime simplificado SIMEI e no SIMPLES NACIONAL, correspondentes a 1.431 e 759 contribuintes respectivamente, que suplantaram a diminuição de 1.137 contribuintes ocorrida no Regime Normal.

No que se refere à participação das circunscrições administrativas no número de contribuintes do ISS, observa-se que a maior participação continua sendo Brasília com 27,7%, seguida por Taguatinga com 23,8%.

Partindo para a avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em novembro de 2018, o ISS Normal respondeu por 47,6%; a modalidade de recolhimento por responsabilidade de terceiros efetuado pelo setor privado (Retenção + Substituição Tributária), por 23,6%; a Retenção via SIAFI, por 18,7%; a Retenção via SIGGO, por 8,7%; e Outros, por 1,3%.

**ISS por Situação de Recolhimento
novembro de 2018**



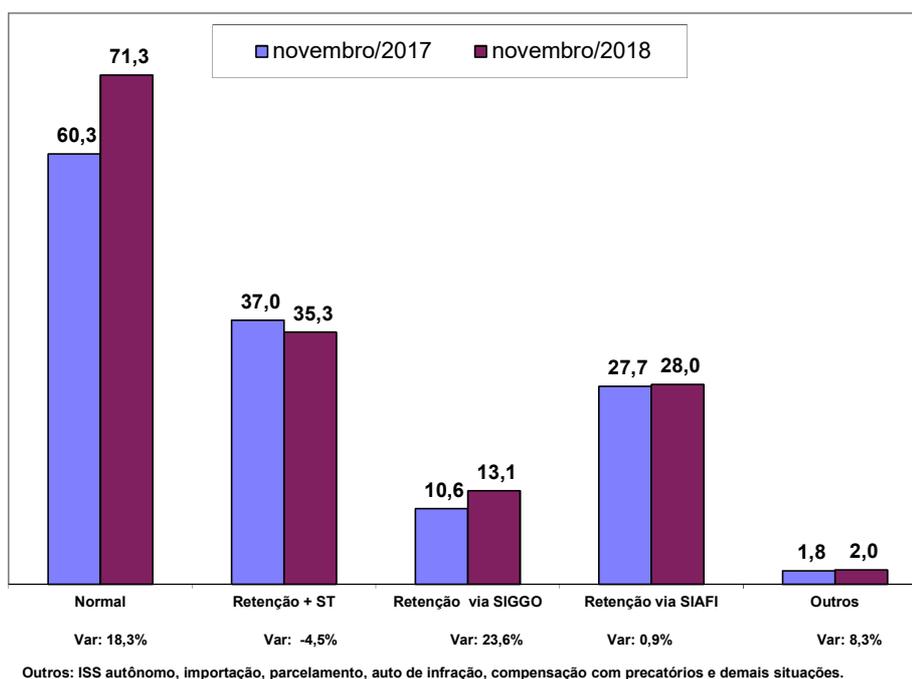
A tabela abaixo apresenta valores reais, variações reais e a composição da arrecadação do ISS, por modalidade de recolhimento, nos meses de novembro de 2017 e 2018 e no acumulado do período de janeiro a novembro de ambos os anos.

ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real ¹ (em%)		Composição da arrecadação (nov/18)
	nov/17	jan-nov/17	nov/18	jan-nov/18	nov/18	jan-nov/18	
					nov/17	jan-nov/17	
Normal	60.277	645.816	71.300	656.120	18,3%	1,6%	47,6%
Retenção + ST	36.992	408.856	35.312	412.712	-4,5%	0,9%	23,6%
Retenção via SIGGO	10.573	120.478	13.073	129.584	23,6%	7,6%	8,7%
Retenção via SIAFI	27.719	303.030	27.980	270.313	0,9%	-10,8%	18,7%
Outros	1.848	29.490	2.001	25.836	8,3%	-12,4%	1,3%
Total da Arrecadação	137.409	1.507.670	149.666	1.494.564	8,9%	-0,9%	100,00%

Fonte: SIGGO
1:Apuração com base no INPC/IBGE.

A seguir, a figura ilustra a comparação em termos reais da arrecadação do ISS por modalidade de recolhimento em novembro de 2018 com o mesmo período de 2017.

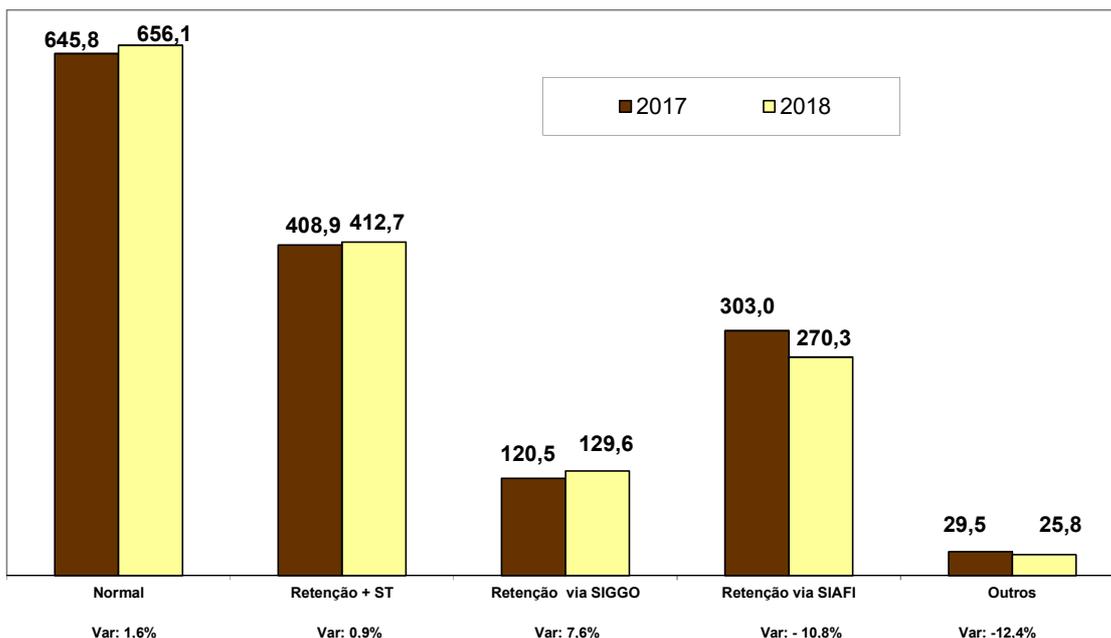
ISS por situação de recolhimento
Em R\$ milhões de novembro/2018 (INPC/IBGE)



Decompondo o acréscimo real da arrecadação do ISS no total de R\$ 12,3 milhões em novembro de 2018 em comparação com novembro de 2017, verifica-se que o principal responsável por esse aumento foi a modalidade de recolhimento ISS Normal, com acréscimo de R\$ 11,0 milhões. Por outro lado, vale destacar a queda real contabilizada na modalidade de recolhimentos por terceiros (Retenção +ST), de R\$ 1,7 milhão.

Ainda em relação às situações de recolhimento, a ilustração seguinte apresenta a comparação da arrecadação acumulada no período de janeiro a novembro de 2018, com a observada no mesmo período de 2017. Observa-se que o decréscimo real observado na modalidade Retenção via SIAFI de R\$ 32,7 milhões foi o principal responsável pelo resultado negativo de R\$ 13,1 milhões na arrecadação do ISS no período. Por outro lado, registrou-se incremento de arrecadação nas modalidades Normal, de R\$ 10,3 milhões, e na Retenção via SIGGO, de R\$ 9,1 milhões.

ISS por situação de recolhimento
2018 contra 2017 (acumulado até novembro)
Em R\$ milhões de novembro/2018 (INPC/IBGE)

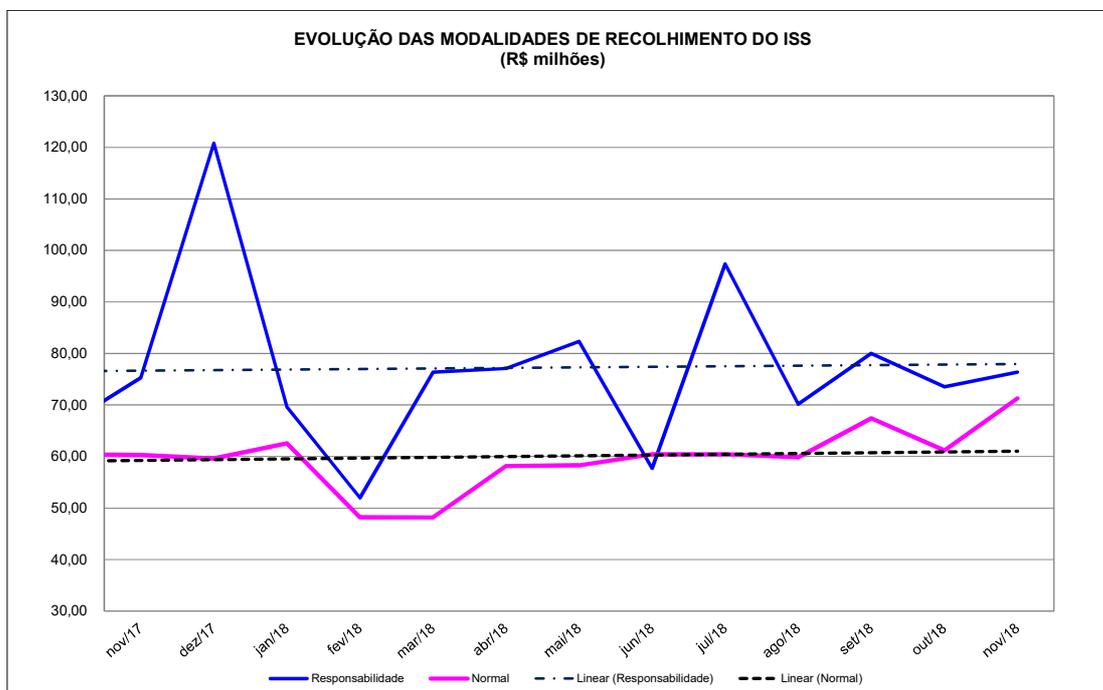


A diminuição na arrecadação do ISS na modalidade Retenção via SIAFI no período janeiro a novembro de 2018, comparada com o mesmo período do ano anterior, deve-se ao volume de liquidação de despesas empenhadas pela União de maneira inconstante, em especial as retenções registradas nos meses de janeiro, fevereiro, junho e agosto de 2018, com montantes de R\$ 18,3 milhões, R\$ 5,3 milhões, R\$ 10,2 milhões e R\$ 18,7 milhões respectivamente, inferiores à média de R\$ 27,5 milhões observada nos onze primeiros meses de 2017. Em que pese a recuperação computada no último trimestre, tal desempenho não foi suficiente para reverter o quadro até então apresentado nessa modalidade.

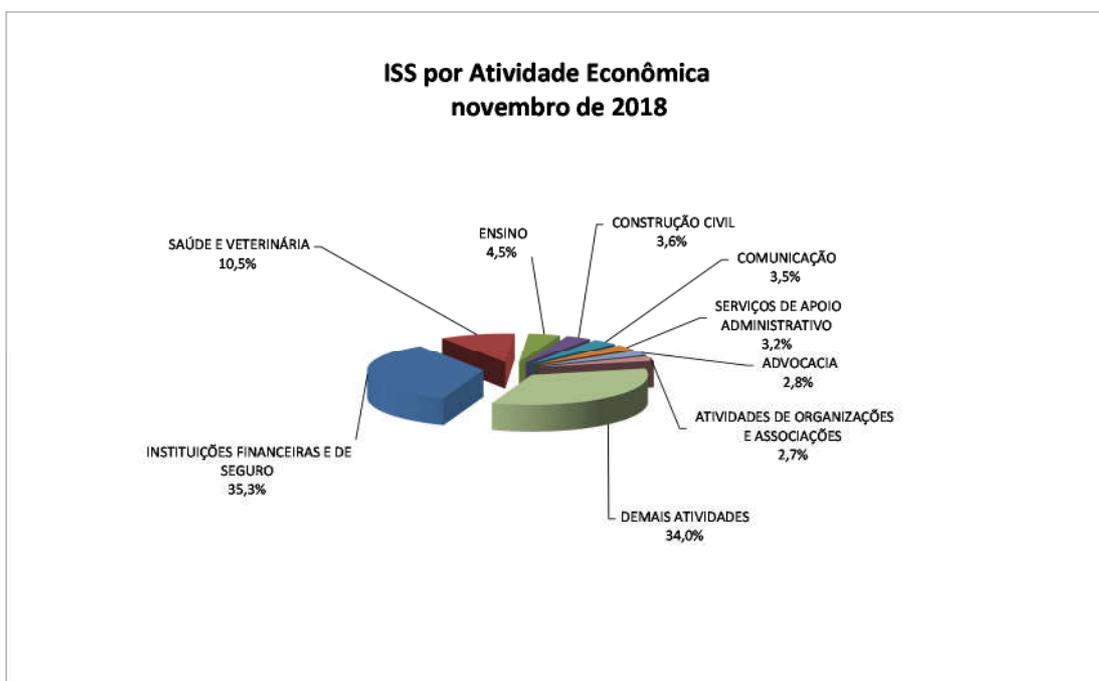
O gráfico seguinte apresenta a evolução das modalidades de recolhimento do ISS Normal e por Responsabilidade (Substituição Tributária, Retenção via SIAFI e Retenção via SIGGO).

Observa-se uma oscilação maior na modalidade responsabilidade, que conforme dados citados acima, decorre da Retenção via SIAFI. Entretanto, as linhas de tendência de ambas as modalidades mostram relativa estabilidade das séries históricas.

Quanto à evolução da arrecadação do ISS Normal em 2018, no último registro, observou-se expressivo aumento em novembro, tal qual ocorreu em setembro.

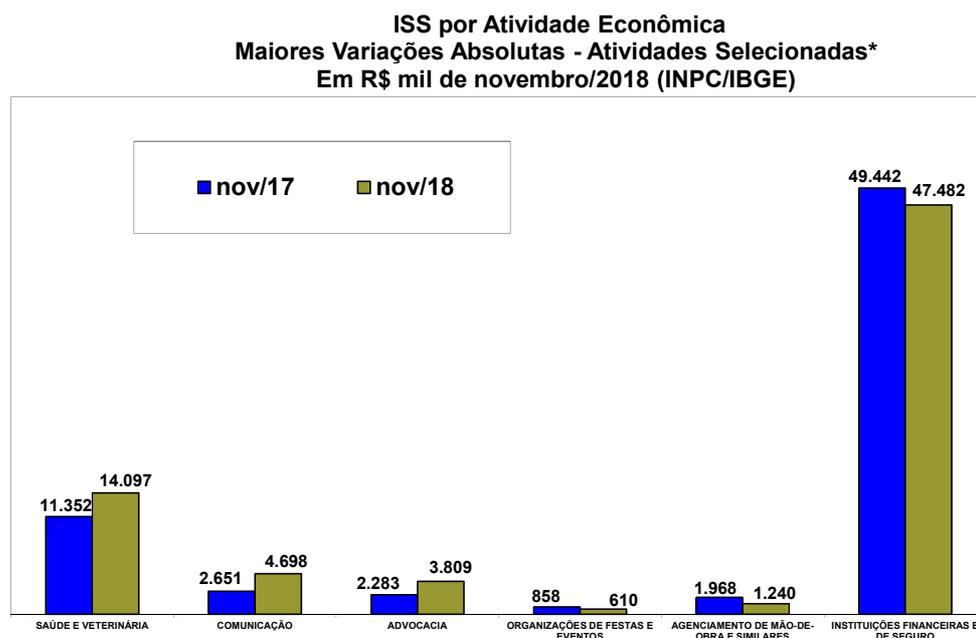


Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em novembro de 2018, verifica-se, conforme gráfico seguinte, que a maior participação na arrecadação do imposto permaneceu no segmento de Instituições Financeiras e de Seguro (35,3%), acompanhada pelos segmentos de Saúde e Veterinária (10,5%) e Ensino (4,5%).



Os gráficos seguintes apontam o desempenho da arrecadação do ISS, conforme os principais segmentos econômicos. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, pelo fato de elas não constarem integralmente na base de dados que serve de referência para a análise.

No confronto da arrecadação de novembro de 2018 com novembro de 2017, os principais acréscimos ocorreram nas atividades econômicas de Saúde e Veterinária (+R\$ 2,7 milhões), Comunicação (+R\$ 2,0 milhões) e Advocacia (+R\$ 1,5 milhão). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Instituições Financeiras e de Seguro (-R\$ 2,0 milhões), Agenciamento de Mão-de-Obra e Similares (-R\$ 727,9 mil) e Organização de Festas e Eventos (-R\$ 248,7 mil).

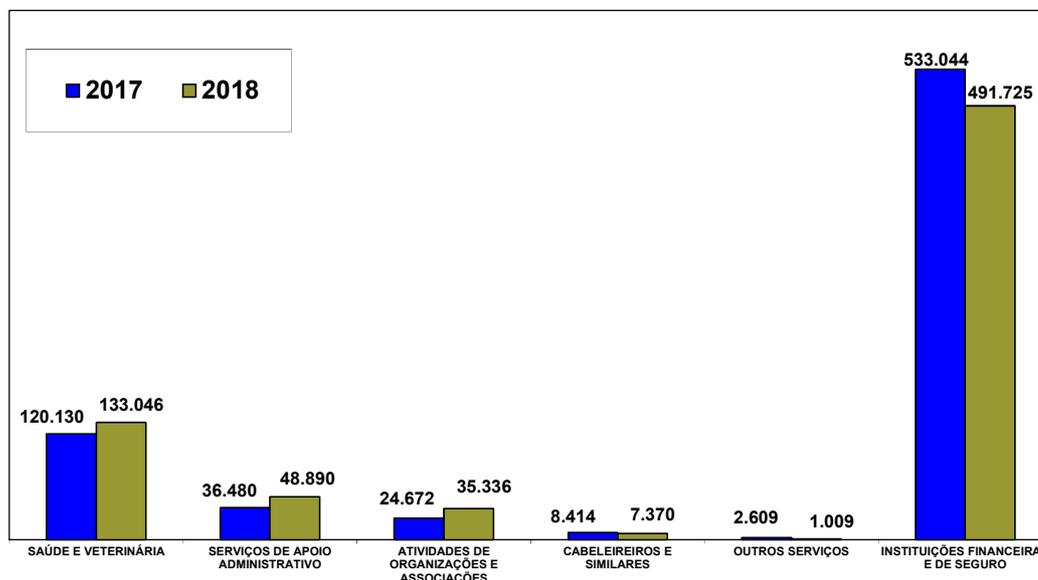


(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção por órgãos públicos.

Na comparação de 2018 frente a 2017 com dados acumulados até novembro, os maiores aumentos em termos absolutos ocorreram nos segmentos de Saúde e Veterinária (+R\$ 12,9 milhões), Serviços de Apoio Administrativo (+R\$ 12,4 milhões), e Atividades de Organizações e Associações (+R\$ 10,7 milhões). Em contrapartida, apresentaram decréscimos as atividades de Instituição Financeira e de Seguro (-R\$ 41,3

milhões), de Outros Serviços (-R\$ 1,6 milhão) e de Cabeleireiros e Similares (-R\$ 1,0 milhão).

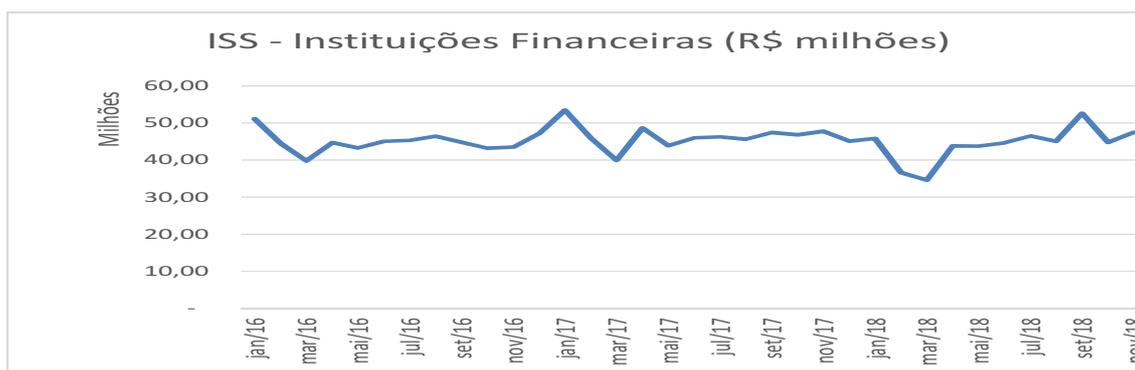
ISS por Atividade Econômica
Maiores Variações Absolutas - Atividades Seleccionadas*
 Valores acumulados até novembro (Em R\$ mil de novembro de 2018 -INPC/IBGE)



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente a retenção por órgãos públicos.

Em função da representatividade do segmento de Instituições Financeiras dentro das atividades com incidência do ISS, o gráfico seguinte apresenta a arrecadação do setor ao longo dos exercícios de 2016 até 2018.

Depreende-se que a queda do exercício de 2018 frente a 2017 está relacionada às baixas de pagamentos registradas nos meses de janeiro e fevereiro de 2018, provavelmente associadas à implementação da Lei Complementar nº 937, de 26/12/2017. Observa-se uma recuperação nos meses subsequentes, porém insuficiente para gerar saldos positivos no comparativo com o exercício de 2017.



SÉRIES HISTÓRICAS

(11 Novembro 2018 – Séries Históricas.xls)